

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

BÁRBARA MARIA SANTOS DE LIMA

**Violências contra a mulher no jornalismo audiovisual brasileiro:
os discursos do *Jornal Nacional* e do coletivo
*Nós, mulheres da periferia***

São Paulo
2023

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

BÁRBARA MARIA SANTOS DE LIMA

**Violências contra a mulher no jornalismo audiovisual brasileiro:
os discursos do *Jornal Nacional* e do coletivo
*Nós, mulheres da periferia***

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação – área de concentração Comunicação Audiovisual – da Universidade Anhembi Morumbi, sob orientação da Profa. Dra. Nara Lya Cabral Scabin.

São Paulo
2023

Ficha Bibliográfica elaborada pela biblioteca UAM
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L696v Lima, Bárbara Maria dos Santos
Violências contra a mulher no jornalismo audiovisual brasileiro:
os discursos do *Jornal Nacional* e do coletivo Nós, *mulheres da periferia*
/ Bárbara Maria dos Santos Lima – 2022.
101f.: 30 cm.

Orientador: Nara Lya Cabral Scabin.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Anhembí
Morumbi, São Paulo, 2022.
Bibliografia: f. 97-101.

1. Comunicação. 2. Jornalismo audiovisual. 3. Telejornalismo.
4. Jornalismo periférico. 5. Gênero. 6. Modos de endereçamento.
I. Título.

CDD 302.2

Autora: LIMA, Bárbara Maria Santos de.

Título: Violências contra a mulher no jornalismo audiovisual brasileiro: os discursos do *Jornal Nacional* e do coletivo *Nós, mulheres da periferia*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Nara Lya Cabral Scabin (Orientadora)
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

Profa. Dra. Maria Ignês Carlos Magno (Titular Interno)
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

Profa. Dra. Mayara Luma Assmar Correia Maia Lobato (Titular Externo)
Faculdade das Américas (FAM)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos, ainda que breves, são muitos. À minha mãe, Edna dos Santos de Lima, que nunca desistiu dos meus sonhos e, mais ainda, vibrou por eles mais do que eu mesma. Que fez o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui, percorrendo um longo caminho ao meu lado: na escola, na faculdade de Jornalismo e no Mestrado.

Ao meu pai, Ariovaldo Gonçalves de Lima, que é a personificação da palavra “lealdade”, que nunca me abandonou, e me incentivou em todos os âmbitos positivos da minha vida. Meu amor, minha base e, não redundantemente: minha vida. Sem o apoio financeiro, amoroso e psicológico de você(s), nada disso seria possível.

Aos professores que me ensinaram tudo o que sei hoje, aos quais serei eternamente grata, em especial à Nara Lya Cabral Scabin, com quem divido a trajetória acadêmica desde 2018, que me ensinou a dar os primeiros passos dentro da academia e, por isso, colhi bons frutos como profissional.

Às professoras Dr.^a Mayara Luma Maya Assmar Lobato e Dr.^a Maria Ignês Carlos Magno, pelas contribuições na Banca de Qualificação do presente trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), que sediou minha dissertação e tem sua eficiência no campo de pesquisas acadêmicas.

E por último, mas não menos importante, a quem comemora, vive e acredita na pesquisa acadêmica no Brasil hoje. Àqueles que compreendem a importância da ciência e prezam pelos direitos humanos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“ Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa busca identificar e compreender a presença de discursos sobre violências contra a mulher no jornalismo audiovisual brasileiro, a partir de dois segmentos distintos do campo jornalístico: o *Jornal Nacional*, exibido pela emissora Rede Globo de Televisão, escolhido como representante do telejornalismo de referência; e o coletivo *Nós, mulheres da periferia*, escolhido como representante da vertente do jornalismo alternativo denominada “jornalismo periférico”. Dessa forma, o trabalho busca traçar uma abordagem comparativa sobre duas vertentes da produção jornalística contemporânea no que diz respeito à veiculação de discursos sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, partindo do marco teórico da Análise do Discurso e de revisão de literatura sobre telejornalismo e jornalismo periférico no Brasil. A análise do objeto empírico se baseou na constituição de um *corpus* formado por reportagens do *Jornal Nacional* e vídeos disponibilizados no canal do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, no YouTube, considerando, como período de observação, o intervalo entre junho de 2020 e maio de 2021. As matérias jornalísticas foram examinadas por meio de operadores analíticos para a identificação dos modos de endereçamento no jornalismo audiovisual. Os resultados da pesquisa evidenciam distinções na forma como cada veículo constrói a cobertura da temática em foco, a partir de diferentes modos de mobilização de marcadores de diferença, sobretudo marcadores de gênero em intersecção com questões de raça, classe e território.

Palavras-chave: Jornalismo Audiovisual; Telejornalismo; Jornalismo periférico; Gênero; Modos de endereçamento.

ABSTRACT

This research seeks to identify and understand the presence of discourses on violence against women in Brazilian audiovisual journalism, considering two different segments of the journalistic field: *Jornal Nacional*, broadcast by Rede Globo de Televisão, chosen as a representative of reference television journalism; and the collective *Nós, mulheres da periferia*, chosen as a representative of the branch of alternative journalism called “peripheral journalism”. In this way, the work seeks to draw a comparative approach on two strands of contemporary journalistic production about the dissemination of discourses on the condition of women in Brazilian society, based on the theoretical framework of Discourse Analysis and a literature review on telejournalism and peripheral journalism in Brazil. The analysis of the empirical object was based on the constitution of a *corpus* made up of reports from *Jornal Nacional* and videos available on the collective channel *Nós, mulheres da periferia* on YouTube, considering, as observation period, the interval between June 2020 and May 2021. The journalistic articles were examined using analytical operators in order to identify the ways of addressing in audiovisual journalism. The research results show distinctions in the way each vehicle constructs the coverage of the theme in focus based on different ways of mobilizing markers of difference, especially gender markers in intersection with issues of race, class and territory.

Keywords: Audiovisual journalism; Telejournalism; Peripheral journalism; Gender; Ways of addressing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ícone *stories* e suas opções no portal *Nós, mulheres da periferia*..... 50

Figura 2: Exemplo de como se dá a visualização dos *stories* no portal *Nós, mulheres da periferia*..... 51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reportagens do <i>Jornal Nacional</i> no Dia Internacional da Mulher (2014 a 2021).....	55
Tabela 2 – Vídeos publicados no canal do <i>Nós, mulheres da periferia</i> (2014 a 2021).....	59
Tabela 3 – Reportagens do <i>Jornal Nacional</i> que integram o <i>corpus</i> analítico da pesquisa.....	70
Tabela 4 – Vídeos do <i>Nós, mulheres da periferia</i> que integram o <i>corpus</i> analítico da pesquisa.....	74

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Capítulo 1	
A TV e o telejornalismo: presença e importância no Brasil.....	22
2.1. A construção de um espaço público nacional.....	22
2.2. O país da televisão e o jornalismo na TV.....	25
2.3. Telejornalismo e violência contra a mulher.....	28
3. Capítulo 2	
Jornalismo periférico: definições, contexto de produção e características.....	33
3.1. Uma nova política da representação no jornalismo.....	35
3.2. O percurso de um conceito: definições e características.....	42
3.3. O cenário do jornalismo periférico na cidade de São Paulo.....	46
3.4. A produção audiovisual no contexto do jornalismo periférico.....	48
4. Capítulo 3	
A cobertura jornalística sobre violências contra a mulher: <i>Jornal Nacional e Nós, mulheres da periferia</i>.....	53
4.1. Caracterização do <i>corpus</i> analítico.....	69
4.2. Análise dos materiais audiovisuais do <i>corpus</i> : modos de endereçamento.....	75
4.2.1. <i>Jornal Nacional</i>	77
4.2.2. <i>Nós, mulheres da periferia</i>	83
5. Considerações finais.....	92
6. Referências bibliográficas.....	97

1. INTRODUÇÃO

Segundo a pesquisa “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher — 2021”, realizada pelo *Instituto DataSenado* com o *Observatório da Mulher contra a Violência*, uma em cada quatro mulheres no Brasil afirma ter sofrido violência doméstica. Ainda, segundo a pesquisa, quase 70% das entrevistadas disseram que conheciam uma ou mais mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, enquanto 27% declararam já ter sofrido algum tipo de agressão por um homem. Mas a violência contra a mulher vai muito além da violência física: entre suas formas de manifestação, podemos citar, por exemplo, as violências psicológica, moral, sexual e patrimonial (VETTORE, 2022).

A fim de identificar e compreender a presença de discursos sobre a violência contra a mulher em veículos jornalísticos, esta pesquisa parte da constatação de que o *Jornal Nacional*, exibido pela emissora Rede Globo de Televisão, lidera o *ranking* de audiência no horário nobre, o que confirma sua importância para a sociedade brasileira. Dessa forma, torna-se imprescindível a análise acadêmica para que saibamos como o jornal conduz as notícias referentes ao tema desta pesquisa, bem como como se deram as principais mudanças de noticiabilidade ao longo dos dez últimos anos a serem pesquisados. Por outro viés, o jornalismo periférico vem ganhando força no cenário midiático contemporâneo, constituindo uma nova vertente relevante para o estudo da Comunicação Audiovisual.

De um lado, a opção por priorizar, neste trabalho, o *Jornal Nacional* como foco de atenção, se dá pelo fato de ser representativo do chamado “jornalismo de referência”, termo que se refere a aspectos como tradição, prestígio e credibilidade, à ênfase dada a temas como a política, a economia e os assuntos internacionais e à vertente da produção jornalística que tem como público um telespectador competente do mundo social (as elites econômica e cultural), além de possuir índices elevados de tiragem e circulação (ZAMIN, 2014). Todas essas condições estão presentes no *Jornal Nacional* e em sua forma de fazer jornalismo. Sendo referência, como o próprio termo significa, o veículo configura um recorte representativo de como uma parcela do campo jornalístico de expressivas legitimidade e credibilidade pauta a cobertura da violência contra a mulher, oferecendo amostra útil à recuperação de discursos circulantes que constituem as instâncias de produção e recepção do telejornalismo.

De outro lado, optamos por incluir, como foco de atenção desta dissertação, um veículo jornalístico periférico, a fim de ser possível traçar uma abordagem comparativa entre duas vertentes distintas do campo jornalístico no que diz respeito à veiculação de discursos sobre a condição da mulher na sociedade brasileira e, mais especificamente, sobre as diversas violências contra a mulher no país. Nesse sentido, optamos por observar o caso de *Nós, mulheres da periferia*, um coletivo de comunicação criado e gerido por mulheres negras e periféricas, com sede na cidade de São Paulo, maior metrópole brasileira. Integrante da *Rede Jornalistas das Periferias*, seu principal compromisso é descrito como “oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal”, com o objetivo de “democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira” (NÓS, s./d., *on-line*). O coletivo destaca-se, ainda, por contar com as parcerias institucionais da Associação de Jornalismo Digital, do Instituto Ibirapitanga, da organização não-governamental Repórteres sem Fronteiras e da Black Adnetwork, primeira rede de sites pretos da América Latina¹. Assim, além de contemplar um veículo *periférico* e que pretende construir uma visão “alternativa” em relação à abordagem do telejornalismo de referência, torna-se possível também abarcar, neste estudo, o caso de uma mídia jornalística cujos princípios editoriais articulem-se a partir de uma perspectiva de gênero e interseccional.

Diante disso, o objetivo geral do trabalho pode ser descrito como *compreender como se configura a cobertura acerca das violências contra a mulher a partir dos discursos audiovisuais veiculados por duas mídias jornalísticas brasileiras: um telejornal de referência (Jornal Nacional) e um coletivo periférico (Nós, mulheres da periferia)*. Em relação aos objetivos específicos da pesquisa, podemos elencar os seguintes: a) discutir a relação estabelecida entre jornalismo periférico e jornalismo de referência; b) identificar aspectos da produção audiovisual de um coletivo de jornalismo periférico; c) mapear matérias do *Jornal Nacional* que se relacionem com a temática da violência contra a mulher; d) mapear conteúdos em vídeo publicados no canal do coletivo *Nós, mulheres da periferia* que se relacionem com a temática da violência contra a mulher; e) identificar os modos de endereçamento presentes nos discursos audiovisuais veiculados pelas duas mídias em foco; f) apontar diferenças e

¹ Conforme dados disponíveis no *website* do coletivo e verificados em 28 de outubro de 2022.

semelhanças entre os discursos audiovisuais veiculados pelas duas mídias em foco; e g) refletir criticamente sobre a presença de discursos circulantes sobre gênero e violência contra a mulher na cultura audiovisual contemporânea, especialmente em sua vertente jornalística.

* * *

A presente pesquisa nasce do interesse despertado por pesquisas desenvolvidas anteriormente – mais especificamente, durante o trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo realizado por esta pesquisadora, em 2020, na Universidade Anhembi Morumbi, e durante o projeto de Iniciação Científica, realizado entre 2018 e 2019, na mesma instituição. Em meu TCC, conduzi um levantamento das jornalísticas destacadas na capa do jornal *Folha de S. Paulo*, entre 9 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2019, que empregavam a expressão “feminicídio”. Já durante a Iniciação Científica, busquei realizar o mapeamento e análise do discurso jornalístico sobre os limites da liberdade de expressão a partir de episódios que suscitaram discussões sobre discurso de ódio, entre 2014 e 2018, com foco, novamente, na análise de matérias da *Folha de S. Paulo*. Ao mesmo tempo, estas pesquisas anteriores tiveram como base conceitos propostos pelo analista do discurso francês Patrick Charaudeau, especialmente aqueles apresentados no livro *Discurso das mídias* (2010), autor que também integra o quadro teórico desta dissertação, como veremos.

Ao mesmo tempo, esta dissertação se mostra aderente à Linha de pesquisa – Processos Midiáticos na Cultura Audiovisual do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi, porque trata da construção de discursos em mídias jornalísticas audiovisuais – construção que entendemos como processo midiático que participa da cultura audiovisual – a respeito da violência contra a mulher. Nesse sentido, a pesquisa aborda temática relevante ao campo da Comunicação, às discussões contemporâneas sobre as relações entre mídia e gênero e à reflexão crítica sobre a função social do jornalismo.

Da mesma forma, pensar a cobertura da violência contra a mulher em mídias jornalísticas audiovisuais parece-nos urgente em um momento em que tais violências mostram-se crescentes. Segundo reportagem do G1, os casos de feminicídio aumentaram 7,3% em 2019, em relação ao ano de 2018, com 1.314 mulheres mortas por conta de sua condição de gênero, o que significa que, em média, uma mulher morreu a cada sete horas no Brasil. Já no primeiro semestre de 2020, segundo o

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família, ao menos 648 mulheres foram assassinadas no Brasil por motivação relacionada ao seu gênero. O índice representa um aumento de 1,9% em relação ao mesmo período, de janeiro a junho, do ano de 2019. Ao mesmo tempo, discursos circulantes que amenizam ou incentivam violências contra mulheres ganham espaço em plataformas de redes sociais, especialmente entre grupos que promovem discurso de ódio contra minorias, a exemplo de conhecidas falas do ex Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro.

Por outro lado, vivemos um momento marcado por uma crescente visibilidade de lutas identitárias e discussões sobre os direitos das mulheres, que ganham espaço na cultura midiática, em face da emergência de demandas de minorias, políticas de identidade, fortalecimento das tecnologias de informação digitais etc. Nesse sentido, investigar os discursos que circulam na esfera pública e emergem em mídias jornalísticas audiovisuais sobre tal temática é relevante como forma de se construir uma compreensão mais aprofundada e crítica, tanto do debate público quanto do posicionamento assumido por órgãos de imprensa brasileiros, no que diz respeito a temas de importância fundamental à vida democrática. O presente trabalho tem sua relevância justificada, portanto, porque aborda questões relacionadas a direitos humanos fundamentais, cuja discussão é de grande importância à compreensão do papel do jornalismo, da comunicação e das mídias em nossa sociedade,

Como procuramos evidenciar, esta pesquisa debruça-se sobre um objeto de estudo cuja compreensão e análise são relevantes não apenas ao estudo de discursos jornalísticos audiovisuais, mas também e, sobretudo, à compreensão das dimensões éticas e políticas em jogo nas práticas comunicacionais contemporâneas, dentre as quais se encontra a produção jornalística. Portanto, trata-se de uma pesquisa que busca contribuir à formação teórica e ética do jornalismo, quando os assuntos são violência contra a mulher.

Avançando na apresentação dos contornos gerais deste trabalho, cabe observar que partimos da concepção quanto ao percurso metodológico da pesquisa em Comunicação como formulado por Maria Immacolata Vassallo de Lopes (1994), de modo que, como assinala a autora, é fundamental descrever os principais eixos que sustentam o Quadro Teórico de Referência deste trabalho, etapa fundamental à própria construção do objeto de pesquisa.

Assim, quando propomos abordar a forma como mídias jornalísticas audiovisuais abordam a temática da violência (ou, melhor dizendo, “das violências”)

contra a mulher, nosso objetivo é identificar e descrever “discursos circulantes” que se apresentam nos veículos em foco. Conceito-chave desta pesquisa, o “discurso circulante”, como definido por Charaudeau (2010), corresponde a certas recorrências temáticas e ideológicas que configuram aquilo que comumente percebemos como “opinião pública”. De modo mais específico,

O discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados (CHARAUDEAU, 2010, p. 116).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como um de seus principais alicerces o marco teórico da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente a partir de Charaudeau (2010), autor alinhado a uma vertente tributária do pensamento de Michel Foucault (2008, 2012). Considerando as imbricações entre poder e saber e as marcas ideológicas que emergem na cobertura jornalística sobre temas e episódios atravessados pela discussão sobre as violências contra a mulher, a pesquisa privilegia uma compreensão acerca do jornalismo audiovisual tomado em sua dimensão discursiva, sendo que *discurso*, nesta proposta, não deve ser entendido como mero sinônimo de “linguagem verbal”; ao contrário, o discurso diz respeito às articulações intersemióticas por meio das quais representações e sentidos são produzidos pela “máquina midiática”, com base em um processo contínuo de transformação do “mundo a significar” em “mundo significado” (CHARAUDEAU, 2010).

Em relação à constituição do discurso jornalístico, é preciso observar, conforme Charaudeau (2010), que as mídias possuem natureza compósita, sendo atravessadas por forças de diferentes naturezas: sua função cidadã ou simbólica; a demanda comercial que caracteriza as empresas de mídia; o atravessamento por interesses, pressões e influências políticas. Além disso, não se pode dizer que as mídias transmitem o que ocorre na realidade social. Elas, em lugar disso, impõem o que constroem do espaço público, já que a linguagem apresenta sua própria opacidade. Por conseguinte, as notícias constroem uma “imagem fragmentada do espaço público”, “uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel”. Por isso, Charaudeau diz que as mídias compõem “vários espelhos deformantes ao mesmo tempo”, cada um mostrando, embora com deformações, fragmentos simplificados do mundo social (CHARAUDEAU, 2010, p. 20).

Nas palavras do autor, “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade”

(CHARAUDEAU, 2010, p. 20). Nas páginas da imprensa, a democracia emerge como constante representação, construída a partir dos discursos que atravessam o jornalismo. Essa representação da democracia, não obstante, é necessária não apenas à sobrevivência das mídias – que encontram sua razão ética de ser no exercício de sua função cidadã –, como também à própria vida das democracias.

Da mesma forma, o próprio espaço público, assinala Charaudeau (2010), possui caráter fragmentário, comportando práticas diversas, sendo algumas de linguagem, algumas de ação, outras de troca e organização em grupos de influência. Isso ocorre em todas as esferas que caracterizam as sociedades democráticas, isto é, nas esferas do político, do civil e das mídias. Os atores de cada uma delas constroem uma visão parcial do espaço público, como uma representação que tomaria o lugar da realidade. Ao mesmo tempo, essas três esferas interferem, continuamente, umas sobre as outras.

Como já antecipamos, é importante observar que as considerações de Charaudeau devem ser entendidas à luz de uma tradição de estudos de discurso tributários da obra de Foucault. Segundo a perspectiva foucaultiana acerca do discurso, as unidades discursivas devem ser tomadas como acontecimentos discursivos, constituindo vestígios materiais que – analogamente à investigação do arqueólogo – servem de base à “escavação” de plataformas culturais, saberes e regras sócio-históricas. Essa abordagem dos enunciados e das formações discursivas pretende determinar os princípios segundo os quais emergiram os únicos conjuntos significantes que foram enunciados (FOUCAULT, 2012).

De acordo com essa perspectiva, é preciso debruçarmo-nos sobre o fato de todo enunciado ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, e de acordo com regras sócio-históricas, considerando o “campo de exercício da função enunciativa”: suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, com a história e com a própria materialidade do enunciado (GREGOLIN, 2006, p. 90). Justamente por isso, é preciso sublinhar a pertinência a esta pesquisa das proposições de Foucault sobre os sistemas de controle dos discursos (FOUCAULT, 2008), no limiar entre discurso, agenciamento do saber e regulações do poder, isto é, no cruzamento entre arqueologia do saber e genealogia do poder (GREGOLIN, 2006, 96).

Nesse sentido, a fim de compreender a imbricação entre discurso e poder, é conveniente invocar também o conceito de “violência simbólica”. Como aponta Pierre

Bourdieu, o campo de produção simbólica é parte da luta social, e os grupos dominantes buscam legitimar sua dominação por meio da produção simbólica. Nesse sentido, coloca-se o conceito de *violência simbólica*, aquela “que é exercida sobre um agente social com sua cumplicidade” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.167). Temos, assim, a imposição de categorias de pensamento, percepção e apreciação sobre agentes sociais dominados, que passam a entender a ordem social como legítima. Logo, dar voz a grupos marginalizados e promover sua representação nos discursos midiáticos pode significar pensar uma redistribuição do poder simbólico.

Há, ainda, outra tradição teórica que pode ser convenientemente invocada para complementar as visões de Bourdieu e Foucault. Segundo uma perspectiva pragmática do discurso, a opressão passa pelo caráter performativo das representações, que, longe de serem neutras, articulam relações de poder não apenas pelas marcas ideológicas do discurso, mas também – e sobretudo – por sua irrupção dentro de dinâmicas específicas de poder. Por isso, um enunciado sempre tem a intencionalidade de marcar uma posição do próprio enunciador e, por conseguinte, determinar um lugar – muitas vezes, de submissão – do receptor (MONDAL, 2014).

Por tudo isso, devemos considerar, conforme o foco desta pesquisa, que a cobertura jornalística sobre questões de gênero, como a violência contra a mulher, também possui um impacto sobre a cristalização de valores e sentidos e a regulação de práticas sociais. Mais do que isso, os veículos de comunicação, enquanto dispositivos que articulam formas de saber e poder, constroem identidades e subjetividades possíveis para os indivíduos, interpelando-os a ocuparem os papéis que lhes são destinados.

Em outras palavras, pode-se pensar que o jornalismo desempenha um papel no sentido da concretização (ou, contrariamente, da contestação) de “tecnologias de gênero”. Isso porque, para Teresa de Lauretis (2019, p. 123), o gênero – como representação e autorrepresentação – pode ser compreendido como produto de tecnologias sociais (como o cinema) e de “discursos, epistemologias e práticas sociais institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana”.

Além da perspectiva de Lauretis (2019), esta pesquisa busca dialogar com os Estudos de Gênero a partir, também, de María Lugones (2019), que nos lembra que a imposição do gênero não diz respeito somente à construção das diferenças entre homens e mulheres, mas sim, a todo um sistema de hierarquias dicotômicas que opera no centro da modernidade colonial. Assim, considerar a colonialidade dos gêneros

significa pensar sobre o “processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualifica para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano” (LUGONES, 2019, p. 361). É a partir desse entendimento que o trabalho considera a recente emergência de ações midiáticas, especialmente entre coletivos de comunicação periféricos, que colocam as intersecções de raça, classe, sexualidade e gênero no centro de suas práticas discursivas, a exemplo do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, aqui estudado.

Por fim, recorreremos a discussões sobre jornalismo periférico – a partir, principalmente, das pesquisas desenvolvidas por Mara Rovida (2020), que nos lembra da importância de se considerar o papel que a disseminação da tecnologia digital, ao diminuir os custos de produção comunicacional, permitindo uma abrangência quase ilimitada de divulgação de informações e, conseqüentemente, a emergência de novas práticas jornalísticas – e jornalismo audiovisual. Neste último caso, recorreremos, especialmente, ao conceito de “modo de endereçamento”, considerado a partir dos estudos televisivos e, em especial, do trabalho de Itania Maria Mota Gomes (2011), que permite compreender as práticas de recepção solicitadas em produtos jornalísticos audiovisuais por meio de aspectos estilísticos singulares.

Após a definição do objeto de pesquisa e a delimitação de um Quadro Teórico de Referência, a próxima fase metodológica da pesquisa, segundo o modelo proposto por Lopes (1994), diz respeito à “observação”. As operações dessa fase – a amostragem e a coleta de dados – buscam reunir evidências capazes de reproduzir empiricamente os fenômenos em foco (LOPES, 1994, p. 142).

A amostragem de pesquisa, como já apontado, contará com dois veículos representativos de diferentes vertentes, arranjos produtivos e características editoriais dentro do campo do jornalismo audiovisual contemporâneo, a saber: o *Jornal Nacional*, exibido pela Rede Globo de Televisão, e o canal no YouTube do coletivo *Nós, mulheres da periferia*².

Dessa forma, buscamos traçar comparativo entre a cobertura de uma emissora de grande audiência, a partir de seu mais importante telejornal, exibido em horário nobre e no ar há mais de 50 anos; e um veículo do chamado “jornalismo periférico” cuja proposta editorial é uma revisão dos postulados do jornalismo de referência por meio da afirmação de um olhar mais inclusivo e democrático,

² Disponível em: <https://www.youtube.com/@nosmulheresdaperiferia3070>. Acesso em 15 dez. 2022.

preocupado em se mostrar sensível às questões relacionadas às vivências de mulheres negras e periféricas, negligenciadas pela cobertura de veículos tradicionais. Ao mesmo tempo, declarando uma política editorial “transparente com suas leitoras e leitores” e assumindo valores como “ética, confiabilidade e independência” (NÓS, s./d., *on-line*), o coletivo *Nós, mulheres da periferia* não deixa de se filiar a valores do jornalismo profissional, atualizando-os à luz de questões de gênero e suas interseccionalidades.

De caráter exploratório, o estudo busca levantar, partindo desses dois veículos como foco de atenção, diferentes pautas/casos que compõem o debate público atual sobre as diversas formas de violência contra a mulher. Para tanto, a construção do *corpus* de pesquisa se baseou no levantamento de materiais veiculados pelo *Jornal Nacional* e disponibilizados no canal do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, no YouTube, no intervalo entre junho de 2020 e maio de 2021, período escolhido por corresponder à fase mais dura da pandemia da Covid-19, marcada no Brasil pela intensificação da situação de vulnerabilidade das mulheres diante do confinamento. O acesso às reportagens do *Jornal Nacional* se deu pela plataforma de *streaming Globoplay*, utilizando-se, para tanto, os filtros por data disponíveis na própria plataforma. No caso do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, a coleta dos materiais para construção do *corpus* de pesquisa se deu de forma manual, com base na visualização de todos os vídeos disponibilizados no canal do coletivo no YouTube ao longo do período de observação destacado. Com base nesse critério, chegamos a um *corpus* formado por 36 matérias jornalísticas audiovisuais, tendo sido 30 delas veiculadas pelo *Jornal Nacional* e 6 disponibilizadas no canal do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, no YouTube.

Após a construção do *corpus* de pesquisa, passamos à descrição do material empírico levantado, com base em procedimentos de organização, crítica e classificação (LOPES, 2010, p. 149), de modo a mapear e categorizar as unidades discursivas coletadas. Uma vez realizada a catalogação e tabulação das unidades discursivas levantadas, conforme tabelas que serão apresentadas no Capítulo 3 desta dissertação, o movimento de análise do *corpus* buscou discutir os modos de endereçamento presentes nas matérias jornalísticas audiovisuais em foco, considerando, para tanto, os quatro operadores analíticos descritos por Gomes (2011) para o estudo do telejornalismo: (i) contexto comunicativo; (ii) pacto sobre o papel do jornalismo; (iii) mediador/a; e (iv) organização temática.

Com isso, esperamos compreender, no momento de elaboração das considerações finais da pesquisa, de que forma marcadores de gênero e suas interseccionalidades operam (e se de fato operam) como fatores de conformação dos modos pelos quais os veículos em foco posicionam e convocam seus/suas espectadores/as. Para além disso, buscamos discutir, também no momento de elaboração das conclusões do trabalho, uma segunda camada de constituição de discursos jornalísticos audiovisuais contemporâneos sobre violências contra a mulher no Brasil, a saber: os discursos circulantes, conforme definição de Charaudeau (2010), que atravessam e dão sustentação à cobertura dos veículos analisados. Desse modo, esperamos compreender de que modo os veículos em questão se conectam a posicionamentos em evidência no espaço público que constituem aquilo que, comumente, identificamos como “opinião pública”.

* * *

A escolha do título desta dissertação representou um dilema, porque a própria pesquisa, em seu desenvolvimento, mostrou-nos que existem mais formas de violência contra a mulher representadas na cobertura do jornalismo audiovisual do que imaginávamos inicialmente. Por isso, a palavra "violências", no plural, foi escolhida para a construção do título como forma de aludir à existência de muitas formas de violência velada, que não são violências físicas, mas também violentam e violam os direitos das mulheres todos os títulos. Esse dado ficará claro ao longo do trabalho, especialmente na seção destinada à apresentação das análises acerca da produção audiovisual do coletivo *Nós, mulheres da periferia*.

Considerando a estrutura geral da pesquisa, esta dissertação se organiza em três capítulos. O capítulo 1 terá como objetivo apresentar um breve panorama de questões históricas sobre a presença da TV e do telejornalismo no Brasil. No capítulo 2, procuramos contextualizar o cenário do jornalismo periférico no Brasil, como forma de firmar as bases para o estudo dos discursos sobre violências de gênero em materiais audiovisuais do coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Já no capítulo 3, apresentamos as análises do objeto empírico em foco na pesquisa, composto pelo material audiovisual produzido por dois veículos representativos de diferentes vertentes, arranjos produtivos e características editoriais no campo do jornalismo audiovisual: o *Jornal Nacional*, exibido pela Rede Globo de Televisão, e o canal no YouTube do coletivo *Nós, mulheres da periferia*.

2. CAPÍTULO 1

A TV e o telejornalismo: presença e importância no Brasil

Neste capítulo, refletimos sobre a presença e a importância da TV – e, por conseguinte, do telejornalismo – no Brasil. Para tanto, realizamos, inicialmente, uma breve discussão sobre a centralidade da TV à consolidação de um espaço público nacional em nosso país. Em seguida, passamos à recuperação de alguns marcos históricos da história da TV brasileira, com destaque para a teledramaturgia e do telejornalismo; neste momento, procuramos evidenciar o papel hegemônico firmado pela Rede Globo e por seu principal telejornal, o *Jornal Nacional*, a partir da década de 1970. Na última subseção do capítulo, procuramos discutir, a partir de bibliografia já publicada sobre o tema, as formas pelas quais as violências contra a mulher aparecem no telejornalismo brasileiro.

Assim, ao final do capítulo, com base em revisão de literatura, esperamos conseguir evidenciar as particularidades desta pesquisa diante de outros trabalhos anteriormente publicados, especificidades essas que residem tanto no entendimento de que as violências de gênero no país são plurais (ou seja, apresentam-se de diferentes formas) quanto na abordagem comparativa que procuramos traçar nesta dissertação entre o telejornalismo de referência (por meio do *Jornal Nacional*) e o jornalismo periférico, no que diz respeito ao tratamento da temática em questão.

2.1. A construção de um espaço público nacional

Quando pensamos na construção de um espaço público nacional – elemento fundamental ao processo de instituição da modernidade, bem como do papel da nação como espaço de realização desse moderno –, o caso brasileiro reserva muitas particularidades. Dentre eles, destaca-se, a partir da relação estabelecida entre cultura impressa e cultura audiovisual, o papel primordial desempenhado pela TV no que diz respeito à construção de uma representação da nação, enquanto “comunidade imaginada”, para usar o conceito de Benedict Anderson (2008); mais do que isso, observamos o protagonismo assumido pela televisão como grande arena para a construção de debates sobre temas de interesse da sociedade, superando o papel desempenhado pela comunicação impressa nesse quesito, inclusive o da imprensa escrita. Como aponta Eugênio Bucci:

[...] houve foi uma conversão do espaço público – tal como foi posto pela instância da palavra impressa – em telespaço público. Pode-se dizer que o telespaço público nada mais é que o espaço público regido pela instância da imagem ao vivo, segundo uma nova conformação e sujeito a outras leis comunicacionais (BUCCI, 2016, p. 174).

Mas, para introduzir essa discussão, é preciso lembrar o papel que as identidades nacionais ocupam na construção da modernidade ocidental. Como aponta Stuart Hall (2006), a nação remete, na modernidade, ao que podemos chamar de “lar cultural”. Assim, segundo o autor, a nacionalidade não é um elemento genético ou essencial; em outras palavras, a identidade é uma construção. Nesse sentido, a produção de pertencimentos é fundamental para a construção identitária. Dentre esses pertencimentos, destaca-se o papel da mídia, tanto no sentido das representações midiáticas da nação quanto do consumo midiático como lugar de partilhas e vinculações, fixadas por meio de ritualidades específicas (MARTÍN-BARBERO, 2013), como aquelas ligadas, por exemplo, ao tradicional hábito de reunir-se em frente à TV, em família, para assistir às telenovelas, aos telejornais ou aos programas de auditório dominicais. Dessa forma, é possível compreender como se dão os processos de representação e consumo midiáticos da nação como *locus* identitário primordial do sujeito moderno, uma vez que:

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, 2006, p. 49).

Temos, então, que a construção da identidade nacional, elemento fundamental da realização da modernidade nas nações ocidentais, passa pela construção de sentidos de pertencimento e de compartilhamento – ou seja, de uma comunidade imaginada, de que fala Anderson (2008), pois a nação é uma comunidade baseada não na interação face a face de seus membros (o que seria uma impossibilidade), mas sim no fato de seus membros carregarem uma espécie de “imagem mental” de afinidades mútuas.

Em suma, a nação é uma comunidade imaginada “pois membros de uma nação, mesmo da menor delas, nunca conhecerão a maioria de seus conterrâneos, nunca os encontrarão ou, até mesmo, ouvirão a seu respeito; ainda assim, eles terão

em suas mentes a imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 2008, p. 32). Dessa forma, considerando a nação como um fenômeno que vai muito além de uma dimensão puramente institucional, o autor chama a atenção para o papel dos discursos, das representações culturais e das dinâmicas do imaginário – não à toa, ele destaca a importância do que chama de “capitalismo de imprensa” para a construção de um senso de comunidade a partir de um consumo comum de produtos culturais. Por tudo isso, para entender o processo de construção de um espaço público nacional, no Brasil, é preciso considerar a força da televisão. Bucci (2016, p. 174) distingue as especificidades da cultura impressa e da cultura audiovisual, enquanto “dois padrões tecnológicos e comunicacionais encarregados de suprir e ativar o debate público”:

Numa ponta, temos o jornal impresso de circulação periódica (preferencialmente diária); na segunda ponta, impera a televisão de cobertura nacional, que ainda observa rotinas diárias ou semanais, mas, acima disso, dispõe do recurso da transmissão ao vivo, em que o momento do fato coincide com o momento de sua veiculação (sua representação). O modo como uma instância e outra integram o espaço público é radicalmente distinto, redundando em sociedades distintas, com vidas políticas distintas também (BUCCI, 2016, p. 174).

Segundo o autor, a consolidação de um telespaço público através da instância da imagem ao vivo no Brasil é uma das “marcas identitárias” da cultura inaugurada pela ditadura civil-militar. Isso porque, o regime promoveu, por iniciativa do Estado, a “modernização” tecnológica do sistema de mediações midiáticas do espaço público nacional. Na abordagem do autor, porém, essa “modernização” se deu como efeito do mesmo gesto da ditadura, que levou à “desmodernização” política, já que

[...] a televisão no Brasil galgou avanços técnicos notáveis não apesar do atraso democrático (ou do déficit democrático), mas justamente porque se deu sob o peso desse atraso. O espetáculo mediático, nessa perspectiva, teria tido algo de mais ou menos catártico: oferecendo uma compensação à ausência de canais democráticos de participação política. Não podendo agir como cidadã, como fonte e fiscal do poder, a sociedade foi chamada a participar como plateia (BUCCI, 2016, p. 174).

Sem deixar de endossar a perspectiva crítica apresentada por Bucci (2016) em relação à política de comunicação da ditadura civil-militar, consideramos necessário tensionar o tom apocalíptico apresentado pelo autor em relação ao papel da TV para a construção do espaço público e a realização de debates de temas de interesse público. Mais precisamente, consideramos fundamental encarar a complexidade das

mediações culturais que caracterizam a televisão como mídia de massa, para retomar a abordagem de Martín-Barbero (2013). Nesse ponto, concordamos também com Maria Aparecida Baccega, para quem a telenovela “é educativa no sentido de levantar certas discussões para um público relativamente pouco informado”³; para a pesquisadora, a telenovela seria menos alienante do que os telejornais. Embora não seja nosso objetivo explorar de maneira exaustiva esse debate, consideramos fundamental recuperar algumas de suas principais posições, reconhecendo, fundamentalmente, a centralidade que a TV, tanto em seus produtos ficcionais quanto em seus produtos informativos, desempenha do ponto de vista da representação e publicização do debate de temas de interesse público no Brasil.

2.2. O país da televisão e o jornalismo na TV

Quando pensamos no caso brasileiro, em que a história da imprensa não apenas é recente – basta lembrar que, somente com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, é que a primeira oficina tipográfica foi instalada –, como também foi atravessada por uma convivência constante com a censura (COSTA, 2006), devemos questionar a efetiva centralidade da cultura impressa para a produção da nacionalidade brasileira como comunidade imaginada. Indo além, vale lembrar que os índices de analfabetismo e analfabetismo funcional, ainda presentes no país, eram alarmantes até a década de 1960, justamente o período em que a TV passou a ter afirmações maior notoriedade entre nós. De fato, não é difícil imaginar que a cultura impressa acabou se tornando elitizada no Brasil, pois acessível apenas – ou principalmente – às camadas mais abastadas da população.

É precisamente nessa direção que as disputas em torno do padrão de sociabilidade no Brasil contemporâneo devem ser pensadas. Não há por que lidar com os projetos e as demandas em confronto como momentos de nossa “semimodernidade” ou ainda de nossa “modernidade periférica” (TAVOLARO, 2005, p. 17).

A TV, por sua vez, ao chegar ao Brasil, também era considerada uma mídia de elite, pois os custos dos aparelhos eram altos e nem todos podiam comprar. Somente com a SEMP – marca que lançou aparelhos nacionais no Brasil – é que foi possível ter uma televisão em casa, tornando-se um produto efetivamente

³ Afirmações feitas em entrevista para a revista Veja, em sua edição de 24 de janeiro de 1996.

de massa, marcando presença nos lares brasileiros e consolidando momentos únicos no imaginário nacional.

Como veículo de comunicação, a TV seria inseparável de um espaço público, nacional, construindo por meio de seu laço social a noção e o sentimento de coletividade de uma nação, quer nos capítulos de telenovelas e matérias jornalísticas cotidianas, quer na cobertura de eventos midiáticos como a Copa do Mundo, as eleições e a posse do presidente da República (COUTINHO, 2012, p. 26).

Já nas últimas décadas do século XX, os anos de ouro reinaram nas emissoras nacionais. Além disso, a televisão brasileira se destaca quando o assunto é conteúdo nacional, já que a maioria dos canais abertos, na faixa horária conhecida como “horário nobre” (entre 19h e 22h), exibem conteúdo nacional. Entre esses conteúdos, destacam-se os telejornais e as telenovelas. Não obstante, vale lembrar que a televisão brasileira nem sempre teve essa característica nacional. Quando da chegada do modelo televisivo, era muito comum a utilização de técnicas estadunidenses e até a produção de conteúdos “traduzidos”: “A programação seguia a mesma lógica: as emissoras mostravam adaptações de Shakespeare – Hamlet, Macbeth, – e Dostoiévski – Crime e Castigo” (JAMBEIRO, 2002, p. 52). Tais práticas imperaram até as emissoras entenderem a importância da familiaridade entre público e conteúdos.

Para se ter uma ideia, segundo o IBGE, em 1960, 55,77% dos homens e 58,72% das mulheres eram analfabetos no Brasil. Essa “nacionalização” dos conteúdos mostra-se de forma característica no caso da produção ficcional televisiva, vertente em que, como aponta Maria Cristina Palma Mungiolli (2006, p. 95), “o uso de obras literárias como fonte de inspiração para a elaboração de telenovelas tem sido uma constante na televisão brasileira”. Nesse mesmo sentido, Sandra Reimão assinala que, no contexto da literatura nacional, são sobretudo os romances que têm fornecido personagens, tramas e enredos à teledramaturgia, de modo que “a história das telenovelas de origem literária integra-se à história geral do conjunto das telenovelas brasileiras” (REIMÃO, 2004 p. 18). Segundo levantamento da pesquisadora, entre 1951 e 1963, quando as telenovelas eram transmitidas ao vivo, foram exibidas, em São Paulo, 164 tramas; dessas, 95 eram adaptações literárias, sendo 16 de romances brasileiros. Vemos, assim, que, naquela época, a TV e a telenovela eram ainda dependentes do prestígio de outras mídias, especialmente da literatura.

É sintomático que a primeira telenovela adaptada de texto literário tenha sido *Senhora*, de José de Alencar, como se o novo formato televisivo, a telenovela, desprestigiado até mesmo no conjunto da programação do próprio veículo,

buscasse extrair um pouco de legitimidade através do “peso cultural” dos autores adaptados (REIMÃO, 2004, p. 20).

Foi em 1963 que teve início a produção de telenovelas diárias (embora as redes televisivas só tenham se tornado nacionais em 1969, com a implantação da rede de microondas da Embratel). Surge, então, uma nova fase da teledramaturgia brasileira, em que a produção de telenovelas adaptadas de obras literárias nacionais cai numericamente, ainda que nunca tenha deixado de estar presente (REIMÃO, 2004). Ainda nessa época, os governos militares investiram em um sistema de microondas como forma de unificação nacional, medida que acabou beneficiando a Rede Globo, que cresceu e diversificou sua audiência. Já em 1975, com o Plano Nacional de Cultura, com o posicionamento ufanista por parte do Estado em mostrar-se apoiador de produtos culturais que exaltassem as raízes brasileiras, a adaptação de obras literárias nacionais para a TV voltou a ganhar importância (REIMÃO, 2004). No mesmo período, o telejornalismo passava por um processo de intensa profissionalização, especialmente a partir da década de 1970, com a consolidação do Jornal Nacional. A Rede Globo optou por deixar de lado a improvisação, buscando revestir o conteúdo jornalístico de maior seriedade, engajamento e credibilidade, o que elevaria seu principal telejornal à posição de um marco do telejornalismo brasileiro:

O Jornal Nacional [...] inaugurou um novo estilo de jornalismo na TV brasileira. Primeiro, por iniciar a era do jornal em rede nacional, até então inédito entre nós. Depois, por consolidar um modelo de timing da informação em que a fragmentação dos fatos em espaços de tempo curtíssimos e a obsessão pelo que ocorre “agora” é tão grande que chega ao ponto de quase eliminar informações de *background* que ajudariam o espectador a localizar-se e transformar o noticiário numa espécie de novela de fatos reais (SILVA, 1983, p.38).

Para Othon Jambeyro (2002), a história da televisão tem muitas nuances. Dentro delas, em sua fase inicial, destacam-se as influências internacionais na programação brasileira; mais adiante, merece atenção o processo de nacionalização da programação televisiva, com a preocupação em adaptar conteúdos oriundos do rádio e da televisão internacional de modo a imprimir-lhes uma identidade própria; temos, ainda, os constantes problemas políticos e burocráticos que marcam a história da TV entre nós, envolvendo licenças e censuras exigidas ao longo do tempo, em especial nos anos de ditadura militar. Finalmente, na contemporaneidade, a TV defronta-se com a necessidade de se reinventar para que continue existindo em um cenário midiático cada vez mais marcado pela competição com a internet, as redes

sociais e plataformas de *streaming*, que oferecem outras formas de consumir informação. Dentre esses muitos desafios que se colocam à TV e, especialmente, ao telejornalismo, na contemporaneidade, destacamos a necessidade de acompanhar mudanças culturais e políticas mais amplas na sociedade – como aquelas relacionadas ao fortalecimento de lutas identitárias e demandas por novas políticas de representação, como aquelas que emergem e ganham força no bojo dos movimentos feministas. Diante dessa questão fundamental à discussão do objeto em foco nesta pesquisa, passaremos, na próxima seção, a abordar as formas pelas quais o telejornalismo brasileiro tem abordado as diferentes violências contra a mulher, a partir do levantamento de trabalhos acadêmicos já publicados sobre o tema.

2.3. Telejornalismo e violência contra a mulher

Em 2021, 1.341 mulheres foram vítimas de feminicídio, isto é, foram assassinadas devido à sua condição de gênero. Já no ano anterior, quando a lei que tipificou o crime de feminicídio no Brasil completou cinco anos, houve 1.354 mortes, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Para que esses casos fossem registrados separadamente dos homicídios comuns, o crime de feminicídio precisou ser tipificado pela lei nº 13.104/15, sancionada em 2015, no governo da então presidente Dilma Rousseff. Considerando sua definição, conforme Menicucci (2019), o feminicídio pode ser compreendido como:

[...] um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam. Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte (MENICUCCI, 2019, *on-line*).

Trata-se, portanto, como já apontado, do crime cometido contra a mulher em decorrência de sua condição de gênero. A ação criminosa implica em pena de reclusão de 12 a 30 anos, o que corresponde a um aumento de 1/3 do tempo de pena em relação ao homicídio comum. Isso porque, graças à assim chamada “Lei do Feminicídio”, o assassinato de mulheres em virtude de sua condição de gênero foi transformado em crime hediondo (delitos de riscos que requerem uma atenção maior do Estado), representando uma qualificadora para o crime de homicídio. Um dos

primeiros casos de feminicídio a ser registrado no Brasil ocorreu em 12 de abril de 2015, quando Márcia Maria, de 44 anos, foi morta a tiros em Itupeva, no interior do estado de São Paulo.

Outro dado que deve ser observado é que a lei 13.104/15 abrange mulheres cis e transexuais, ainda que a palavra “gênero” tenha sido banida do contexto escrito do diploma legal, por pressão de grupos religiosos e conservadores; na ocasião de sua votação no Congresso, o então deputado Eduardo Cunha declarou que retiraria o projeto de pauta caso dentro do descritivo da lei ocorresse o uso da palavra “gênero”. Sete anos após sua promulgação, são muitos os obstáculos que a aplicação da lei ainda enfrenta, como a resistência entre parte da opinião pública em reconhecer a especificidade do crime de feminicídio frente a outras formas de homicídio. Não obstante, dar visibilidade a esse tipo de crime, favorecendo a conscientização da sociedade a respeito da violência de gênero, é um dos principais impactos decorrentes da criação desse instrumento legal.

A questão da visibilidade do feminicídio – bem como de outras violências contra a mulher – remete diretamente ao papel das mídias em geral e, especificamente, do jornalismo, sobretudo em sua vertente audiovisual, tendo em vista seu alcance em termos de audiência. Em outras palavras, torna-se fundamental investigar como veículos jornalísticos abordam, nas representações que constroem do espaço público (CHARAUDEAU, 2010), a temática das violências contra a mulher. Indo além nesse debate, pode-se pensar o jornalismo como espaço de concretização de uma “tecnologia de gênero”. Isso porque, como aponta Teresa de Lauretis (2019), o gênero – como representação e autorrepresentação – pode ser compreendido como produto de tecnologias sociais, como as mídias, e de “[...] discursos, epistemologias e práticas sociais institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 2019, p. 123). Dessa forma, o conceito de tecnologia de gênero permite-nos compreender o gênero como construção resultante de uma série de tecnologias do poder, dentre as quais, merecem destaque as representações midiáticas, cuja contribuição para a construção e perpetuação de papéis de gênero fica evidente quando consideramos que muitas notícias e reportagens que apresentam a mulher como protagonista ainda reiteram estereótipos patriarcais.

No caso do telejornalismo, matérias sobre episódios de violência contra a mulher não raro assumem contornos sensacionalistas, aproximando-se do que Charaudeau (2010) denomina de “viés de captação”, por meio da exploração de

elementos da ordem do *pathos*, e distanciando-se do cumprimento de sua função cidadã: “Contam-se facadas e tiros, a quantidade de socos ou os detalhes das torturas, mas não se discutem direitos ou políticas públicas de combate à violência contra a mulher” (CIRINO; BRAGA, 2016, p. 33).

Embora estudem a cobertura de emissoras locais da cidade de Goiânia, as constatações apresentadas por José Antônio Ferreira Cirino e Claudomilson Fernandes Braga (2016) podem nos ajudar a pensar outras coberturas telejornalísticas locais e nacionais. Segundo os autores, o tamanho das matérias tende a ser determinado pela disponibilidade de imagens de violência, em uma ampla exploração das cenas dos crimes, imagens das armas e de ferimentos, além de intensa sonorização e uso de imagens de câmeras de segurança, o que confere um tom policialesco à cobertura. Além disso, os pesquisadores chamam a atenção para a falta de equidade no espaço conferido nas matérias às vítimas e a fontes oficiais, pois, quando ouvidas, vítimas e familiares “expressam apenas dor física ou emocional”, assim como falas de testemunhas somente corroboram afirmações dos próprios repórteres ou da polícia.

Quando a população é chamada a opinar sobre o caso - estratégia conhecida no telejornalismo como “povo-fala” -, as frases também são curtas e sem valor argumentativo: “foi muita crueldade né?”, “o governo tinha que fazer alguma coisa”. Já entre os profissionais e especialistas mais ouvidos - principalmente médicos e advogados - as falas são sempre técnicas, baseadas em laudos, boletins médicos, leis e suas interpretações (CIRINO; BRAGA, 2016, p. 34).

Nesse sentido, embora o valor-notícia violência contra a mulher seja muito explorado no telejornalismo, Cirino e Braga (2016) mostram que as angulações das matérias tendem a ser parecidas, assim como as vozes e declarações ouvidas, em uma cobertura que se torna muitas vezes superficial e contribui para o reforço de preconceitos.

Repórteres e apresentadores tendem a colocar as mulheres numa condição de fragilidade, reforçando a obrigação masculina de proteger (e não machucar) as mulheres, sem discutir questões relativas ao respeito, às diferenças e à obediência às leis (CIRINO; BRAGA, 2016, p. 34).

Ao mesmo tempo, além de a relação entre telejornalismo e violências contra a mulher poder ser abordada sob a perspectiva do teor das reportagens que abordam o tema, é preciso lembrar que jornalistas mulheres também sofrem violências diversas

pelo fato de serem mulheres. Entre os inúmeros exemplos, podemos citar os casos recorrentes de assédio de jornalistas pelas fontes, especialmente em coberturas de esporte, o que gera comoção e revolta entre colegas da mesma profissão que utilizam as redes sociais para se expressar. Assim, viralizou nas redes, há alguns anos, a *hashtag* #DeixeElaTrabalhar, mostrando, através de vídeos, o quão incômodo e criminoso é sofrer assédio no ambiente de trabalho. O manifesto de 2018 se deu, principalmente, após a repórter Bruna Dealtry, da emissora Esporte Interativo, ser assediada por um torcedor vascaíno que a beijou à força.

Outro exemplo recente de violência contra a mulher no telejornalismo brasileiro se deu no debate entre presidenciais televisionado pela Rede Bandeirantes, no dia 28 de agosto de 2022, em que o ex-presidente da República e candidato às eleições de 2022, Jair Messias Bolsonaro, ofendeu a repórter Vera Magalhães. A agressão verbal ocorreu quando a jornalista perguntou ao candidato Ciro Gomes sobre a queda na taxa de vacinação, já que a imunização com a vacina tríplice viral caiu cerca de 20% em relação a 2021; na pergunta, a jornalista questionou ainda a opinião do candidato sobre o papel da desinformação, promovida inclusive pelo ex-presidente, na diminuição das taxas de vacinação. Bolsonaro foi escolhido para comentar a resposta do candidato Ciro Gomes, quando disse:

Vera, não podia esperar outra coisa de você. Acho que você dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido num debate como esse, fazer acusações mentirosas a meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo.

Por fim, Bolsonaro defendeu-se, dizendo que não estava atacando nenhuma mulher. Embora o eleitorado feminino seja maior que o masculino, o ex-Presidente da República já ofendeu mulheres em outras ocasiões, e essas atitudes por parte do chefe do executivo nacional só reforçam a importância de existirem políticas públicas que estejam ao lado de mulheres – sejam elas jornalistas ou não.

Embora o jornalismo, no exercício de sua função cidadã, possa desempenhar um papel significativo na divulgação de informações de qualidade sobre a recorrência de casos de violência contra a mulher e a expressividade desses números no Brasil, a mulher ainda é, muitas vezes, culpabilizada pelas violências que sofre. E esse julgamento, arraigado em “discursos circulantes” (CHARAUDEAU, 2010) na sociedade, pode impedi-la de denunciar seu(s) agressor(es), atrasando ainda mais o combate contra o feminicídio, o assédio e outras formas de violência contra a mulher.

Muitas são as formas pelas quais o discurso midiático se conecta à cultura de uma época e uma sociedade. Assim, considerando que essa cultura se constitui de representações e discursos em circulação, e que ainda hoje o Brasil é um país marcado por uma cultura machista-patriarcal, investigar as imagens construídas pelo jornalismo televisivo sobre as diversas formas de violência de gênero constitui um caminho relevante para compreender os modos pelos quais veículos jornalísticos se posicionam em relação a essa grave problemática social, reforçando discursos cristalizados ou colocando novos discursos em circulação.

3. CAPÍTULO 2

Jornalismo periférico: definições, contexto de produção e características

Território, sob uma perspectiva geográfica, é todo lugar que tem posse ou poder e se estabelece por diferentes pontos do espaço em áreas não necessariamente contínuas, mas com ligações e fluxos de informações e mercadorias. “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 2000, p. 3). Para uma periferia se tornar território, é preciso que uma área tenha sido conquistada – e mais, povoada e reconhecida por aqueles que lá vivem.

As periferias, que geralmente são bairros afastados dos centros de grandes cidades, têm características em comum a serem consideradas, dentre elas, articulações sociais específicas, como o predomínio de situações de precariedade econômica e um termo relativamente novo: “o sujeito periférico”. Isto é, aquele/a que habita as periferias, que se reconhece em uma identidade periférica e, como tal, faz-se sujeito de si e de seu território. Um trecho da letra de Tita Reis, ativista periférico, ilustra poeticamente o cotidiano desse sujeito:

De manhã acorda cedo é real
Trem lotado passageiros sonolentos
Compartilham o mesmo sentimento
(REIS, 2012, s./p.)

Mas as vivências de sujeitos periféricos vão além da necessidade de percorrer grandes distâncias para chegar aos centros urbanos e da carência de recursos econômicos. A busca para compreender quem é esse sujeito periférico se torna primordial para atender questões que o jornalismo tradicional não consegue responder (como veremos mais detalhadamente). Isso porque, esse sujeito, mais do que marcado pela “falta”, torna-se vetor de transformação social e afirmação de sua identidade e território, adquirindo visibilidade e afirmando seu valor:

Esses Sujeitos Periféricos se tornam agentes sociais de resignificação de um território antes marginalizado; observa-se que esse Sujeito não é apenas um morador da periferia, ele é um ativista imbuído desse sentimento de orgulho de pertencimento ao território que também servirá de cenário para ações afirmativas dessa identidade social (ROVIDA, 2020, p. 41).

Sujeitos periféricos, portanto, orgulham-se do território de onde vêm e fazem com que seu lugar de pertencimento, isto é, a periferia, seja lembrado. Não obstante, para que o sujeito periférico se construa e se reconheça como tal, é preciso que ele encontre pontos de identificação em posições-de-sujeito presentes em representações em circulação na cultura, uma vez que todas as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas (WOODWARD, 2014). Nesse sentido, é possível localizar a própria emergência da identidade do sujeito periférico em um contexto no qual a luta política passa a ter na “política da identidade” um foco central de discussão e embate, entendida como a “celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica” (WOODWARD, 2014, p. 37).

Dentre as representações culturais que possibilitaram a emergência de discursos de afirmação da identidade periférica, destaca-se o cenário da cultura *hip hop*, no qual essa perspectiva já se fazia presente entre fins dos anos 1980 e início dos 1990, com destaque, no caso brasileiro, para letras de canções como as do grupo de *rap* Racionais Mc's, que ficou conhecido há mais de 30 anos justamente como porta-voz das experiências de habitantes das periferias da cidade de São Paulo. As letras denunciavam a invisibilidade desse território e de seus moradores diante do restante da sociedade e, ao mesmo tempo, afirmavam o periférico como espaço de pertencimentos identitários, simbólicos e sociais. Assim, nas canções do Racionais, não apenas a localização geográfica, mas também o componente racial da identidade periférica é trazida ao centro da cena.

Negro drama
Cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga, à procura da cura
Nego drama
Tenta ver e não vê nada
A não ser uma estrela
Longe, meio ofuscada
Sente o drama
O preço, a cobrança
No amor, no ódio, a insana vingança
Negro drama
Eu sei quem trama e quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto fodido
O drama da cadeia e favela
Túmulos, sangue, sirene, choros e velas

Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio às honras e covardias
Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando
O que você tem a ver com isso?
Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata
Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto nem fábula, lenda ou mito
Não foi sempre dito que preto não tem vez?
Então olha o castelo e não
Foi você quem fez, cuzão
Eu sou irmão do meus truta de batalha
Eu era a carne, agora sou a própria navalha
Tim-tim, um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias, trajetos e glórias
O dinheiro tira um homem da miséria
Mas não pode arrancar de dentro dele a favela
São poucos que entram em campo pra vencer
A alma guarda o que a mente tenta esquecer
(BROWN, 2002, s./p.)

Na letra, o sujeito periférico é caracterizado por sua negritude e assinalado por sua origem geográfica. Assim, ao mesmo tempo em que sua identidade é fonte de estigmas sociais (o racismo, a maior possibilidade de sofrer violência policial etc.), é também fonte de orgulho: “[...] não pode arrancar de dentro dele a favela”. Nessa perspectiva poética, o sujeito periférico volta-se aos seus primórdios, seja como uma lembrança, como uma militância ou porque nunca deixou de habitar a periferia.

3.1. Uma nova política da representação no jornalismo

Apesar de a obra do grupo Racionais ter impactado profundamente a cultura *hip hop* no Brasil nas últimas décadas do século XX, não havia, naquela época, uma presença expressiva de veículos jornalísticos e coletivos de comunicação sediados nas periferias de grandes cidades brasileiras, como os que existem atualmente. Além de a universidade ser pouco acessível a essa população nos anos 1990, os meios tecnológicos para a produção de mídia eram mais custosos. Assim, no campo jornalístico, as representações de habitantes das periferias restringiram-se por muito tempo àquelas produzidas pelos veículos da chamada “imprensa de referência”⁴.

⁴ O “jornalismo de referência” diz respeito a uma esfera do campo jornalístico que materializa aspectos como tradição, prestígio e credibilidade, podendo ser caracterizado por possuir expressivos índices de tiragem e circulação, pela ênfase conferida a temas de política, economia e assuntos internacionais e

Foge às possibilidades desta dissertação realizar um levantamento exaustivo dos movimentos sociais e mobilizações em torno da produção cultural nas periferias brasileiras. No entanto, cabe destacar, ao lado do papel desempenhado pelo *hip hop*, o papel desempenhado pelas políticas públicas para o audiovisual, que, como apontam Wilq Vicente e Ananda Stücker (2014), experimentam um ponto de virada a partir dos anos 1990 no Brasil, graças, especialmente, à atuação da Unesco, por meio do *Relatório Nossa Diversidade Criadora*. Nesse contexto, o audiovisual passa a ser entendido como “motor para o desenvolvimento humano e sustentável, viabilizando o respeito às diferenças e a tolerância entre os povos” (VICENTE; STÜCKER, 2014, p. 17). Uma das consequências fundamentais desse processo diz respeito à mudança de perspectiva sobre a relação centro/periferia no cenário cultural, à luz da valorização da diversidade na produção cultural:

Se o centro não dispõe mais da velha exclusividade quando se trata de produção cultural (para não falar da produção econômica em geral), desponta agora a periferia como polo de investimento e atenção, que visa as novas capacidades produtivas periféricas. É necessário dizer, porém, que tais iniciativas não se traduzem em alterações estruturais das políticas de investimento do Estado e na regulação do mercado. No fundo, a política da diversidade tem feito parte de um esforço em construir uma representação ideológica do Estado em que ele não aparece como um organismo de classe, mas como expressão de todas as energias nacionais (VICENTE; STÜCKER, 2014, p. 17).

Uma das expressões desse cenário está na retomada, a partir dos anos 2000, da prática do *vídeo popular*, que, após um expressivo fortalecimento nos anos 1980, passou por um período de esquecimento na década de 1990. Favorecido pelo barateamento dos custos de produção e democratização do acesso às tecnologias de captação e edição, agora digitais, o crescimento atual do vídeo entre uma nova geração de atores sociais e movimentos culturais que partem da periferia expressa uma nova agenda de demandas, com destaque para a luta pela ampliação da visibilidade por parte desses grupos – questão que, como veremos, é fundamental para a forma como o coletivo *Nós, mulheres da periferia* se posiciona no campo jornalístico. Com efeito, a própria relação, simbólica e material, entre *centro* e *periferia* parece ser ressignificada na esteira da valorização da diversidade como elemento norteador de políticas públicas para o audiovisual no Brasil.

pelo fato de se dirigir, enquanto público ideal, a um leitor presumido como competente do mundo social (as elites econômica e cultural) (ZAMIN, 2014).

Tal perspectiva da diversidade vem sendo utilizada na interlocução entre o Estado e os agentes culturais que pressionam por políticas públicas para o setor, sob a ótica do direito à cultura. Nesse contexto, em que se abre campo para tais políticas, mas timidamente ainda, parte da atuação dos grupos de produção audiovisual popular foi a de reivindicar a ampliação de determinadas políticas pelo Estado. [...]

Nessa encruzilhada estão presentes produtores audiovisuais que, sempre entre o tempo obrigatório do trabalho e o necessário descanso, encontram cada vez mais na produção cultural seus instrumentos de luta e espaços de rara liberdade e coletividade. [...]

Mais do que o mero reconhecimento de algum “centro”, mais do que por vezes se espera com as novas “oportunidades” que estes lhes oferecem, na prática esses produtores e seus coletivos parecem estar justamente questionando e reinventando os termos do binômio centro/quebrada de uma maneira que seria improvável ao mercado audiovisual hoje (VICENTE; STÜCKER, 2014, p. 17).

No caso específico do jornalismo, foi a partir de 2013, com as chamadas “Jornadas de Junho”, que a produção jornalística passou a ser inundada por uma “avalanche” de veículos periféricos que faziam a cobertura das manifestações, inicialmente motivadas pelo descontentamento diante do aumento das tarifas de transporte público. Desde então, com o surgimento de veículos sediados nas periferias, muitos repórteres que residem em bairros periféricos não precisam mais se deslocar até bairros distantes dos grandes centros para cobrir alguma pauta. Mas não somente as distâncias geográficas entre jornalistas e fontes foram reduzidas: também as distâncias social e cultural puderam ser diminuídas.

Dessa forma, o jornalismo periférico começou a ganhar forma, com pouca infraestrutura e exíguos recursos econômicos, mas com procedimentos e técnicas que buscavam afirmar como seus conteúdos eram tão bem fundamentados quanto os do jornalismo de referência⁵; o principal aspecto distintivo, nesse sentido, está na perspectiva editorial com que as pautas são construídas, visibilizando temas e pontos de vista ausentes da imprensa de referência.

Com base no observado, considerou-se que o comunicador, por meio de suas narrativas dialógicas, tem potencialmente a capacidade de ampliar a

⁵ Neste ponto, vale observar que a própria definição de *jornalismo periférico* ou *jornalismo das periferias*, como a assumimos neste trabalho, pressupõe não apenas uma vinculação de seus processos produtivos a espaços sócio-econômico-culturais específicos (sua dimensão *periférica*), como também a sedimentação de suas práticas a partir de fundamentos técnicos e éticos do jornalismo profissional (sua dimensão *jornalística*). Em outras palavras, para ser *jornalismo periférico*, é preciso ser *jornalismo* – o que significa que a própria mobilização do conceito implica em um corte que deixa de fora manifestações midiáticas que não se adéquam minimamente aos princípios norteadores do jornalismo profissional.

abrangência da solidariedade social ao apresentá-la em sua fala, integrando o público, fruidor da informação jornalística, a essa dinâmica. Nomeou-se esse processo de ampliação da solidariedade orgânica, por meio da dialogia jornalística, de diálogo social solidário (ROVIDA, 2020, p. 37).

Assim, diferentemente do que predomina nos veículos de circulação nacional do chamado “jornalismo de referência”, o jornalismo periférico prioriza, como “carro-chefe”, uma cobertura local, justamente para conseguir cobrir as regiões periféricas em que os repórteres estão inseridos. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de um diálogo social solidário permite que todos à volta do jornalismo periférico conversem e se ajudem para que haja o melhor para a sociedade ali inserida.

No caso do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, que faz parte do objeto empírico da presente pesquisa de mestrado, seu principal compromisso é descrito como “oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal”, com o objetivo de “democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira” (NÓS, s./d., *on-line*).

Nessa proposta editorial, o direcionamento da produção jornalística para um espaço público nacional, traço característico do “jornalismo de referência” (ZAMIN, 2014), é revisitado a partir de um olhar mais inclusivo e democrático a respeito de sua constituição, que se mostra sensível às questões relacionadas às vivências de mulheres negras e periféricas, negligenciadas pela cobertura de veículos tradicionais. Ao mesmo tempo, declarando uma política editorial “transparente com suas leitoras e leitores” e assumindo valores como “ética, confiabilidade e independência” (NÓS, s./d., *on-line*), o coletivo se filia a valores do jornalismo profissional, atualizando-os à luz de questões de gênero e suas interseccionalidades.

O manifesto de *Nós, mulheres da periferia*, disponível em seu site oficial, oferece mais algumas pistas para compreendermos a política editorial que norteia a produção jornalística do coletivo. No documento, o destaque conferido à imbricação das dimensões de gênero, raça e território em processos de opressão e exclusão social coloca em cena o caráter relacional de diferentes marcadores identitários (centro/periferia, homem/mulher, branco/não branco, hétero/homossexual, cis/transgênero), como vemos a seguir:

Definir periferia como o centro é inverter uma lógica de segregação e exclusão. Colocar a periferia em destaque é assumir um posicionamento espacial e social.

Em uma sociedade pautada pelo padrão da heteronormatividade – onde homens brancos cis e héteros são os detentores do poder – nascer e tornar-se mulher é estar inevitavelmente à margem. Periferia é enfrentamento.

Diante do racismo estrutural e institucional, a mulher negra é periférica em qualquer endereço. Um corpo negro carrega memórias ancestrais de um passado que insiste em se atualizar, ainda que desde sempre combatido. Periferia é resistência (NÓS, 2021, *on-line*).

Dessa forma, explorando os sentidos da palavra “periferia”, o documento inverte estruturas valorativas geralmente associadas a categorias dicotômicas, afirmando formas de enfrentamento que remetem ao que Lugones descreve como uma resistência a partir do “*lócus* fraturado da diferença”, uma espécie de “conquista infrapolítica” (LUGONES, 2019, p. 362) frente a um sistema hegemônico de produção de diferenças. Nesse sentido, possui papel fundamental a forma como o coletivo se posiciona no campo jornalístico – a exemplo de outros veículos periféricos – a preocupação em reconhecer e visibilizar as especificidades da opressão de gênero, articulada a marcadores de raça, classe social e território, em uma perspectiva identificada como *interseccional*.

Evidentemente, encontramos nessa nova forma de posicionamento dos veículos periféricos no campo jornalístico indícios do contexto em que Stuart Hall (1994) localiza, diante da crise das apostas no socialismo e no Estado de bem-estar social, a emergência das chamadas “políticas de identidade” (*identity policies*), nas quais o fator de mobilização reside em identidades sociais compartilhadas (como mulher, negro, *gay* etc.). Esse deslocamento reflete, segundo o autor, a expansão do fazer político da esfera pública para a esfera privada, espaço das interações sociais informais e dos cenários da vida cotidiana. Com isso, questões que, historicamente, não costumavam ser tratadas no campo da política – como vida familiar, casamento, relações sexuais – adquiriram estatuto indiscutivelmente político. Se, no passado, as principais contradições da vida social sob a ótica da esquerda estavam na exploração econômica e na existência de classes sociais, o contexto contemporâneo é marcado pela proliferação dos locais de conflito social, que passam a incluir questões de gênero, raça, sexualidade etc. (HALL, 1994, p. 167).

No Brasil, a partir das transformações sociais ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com a desmobilização dos movimentos sociais e a implementação de políticas neoliberais, ganham destaque na cena pública novas formas de mobilização, que deslocam os modos de ação política tradicionais da modernidade, a exemplo das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Mais recentemente, assiste-se também à formação

de coletivos no interior de diferentes instituições, cuja atuação costuma vir atrelada a páginas e perfis em redes sociais digitais. A pesquisadora Maria da Glória Gohn (2013), em seu estudo sobre os movimentos sociais no Brasil do século XXI, destaca a constituição de grupos organizados de mulheres, ligados à defesa de direitos dos homossexuais e movimentos negros, que se voltam à afirmação identitária como forma de combate à discriminação (SCABIN, 2020, p. 98).

Para compreender a conformação desses novos movimentos sociais e, em especial, dos movimentos de mulheres e dos novos feminismos, é fundamental considerar brevemente como o conceito de “gênero” emerge na produção de conhecimento no mundo ocidental. Embora, antes disso, a perspectiva feminista produzisse transformações no campo científico, foi na década de 1970 que surgiu a diferenciação entre “sexo” (categoria biológica que se volta a uma abordagem essencializante da natureza) e “gênero” (categoria que remete à construção histórica, social e política e implica uma abordagem relacional) (MATOS, 2008). Nasceram assim os chamados “estudos de gênero”, que tiveram papel fundamental para que pensadoras feministas pudessem ampliar o escopo de suas reflexões.

No seu uso mais recente, “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 2019, p. 50).

É nesse sentido, isto é, como construção discursiva que categoriza os corpos, que entendemos o conceito de gênero. Mais do que isso, concordamos com a perspectiva decolonial assumida por María Lugones (2019) quando a autora aponta que a imposição do gênero não diz respeito somente à construção das diferenças entre homens e mulheres, mas sim, a todo um sistema de hierarquias dicotômicas que opera no centro da modernidade colonial. Assim, é preciso pensar a própria *colonialidade dos gêneros* como forma de pensar sobre o “processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualifica para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano” (LUGONES, 2019, p. 361). Essa perspectiva possui importância fundamental para a presente pesquisa uma vez que, como apontam Rosana de Lima Soares e Thiago Venanzoni (2020), produções audiovisuais de coletivos jornalísticos atuantes nas periferias “propõem outros modos de representação de sujeitos periféricos e seus cotidianos, especialmente em torno das temáticas de raça, classe e gênero [...]”

(SOARES; VENANZONI, 2020, p. 42), na esteira de lutas identitárias e por reconhecimento.

Assim, à emergência das práticas de produção jornalística no contexto do jornalismo periférico, relaciona-se o que podemos considerar como uma nova “política da representação” (HAMBURGER, 2005). As políticas da representação, no sentido proposto por Esther Hamburger (2005), dizem respeito a disputas pelo controle da representação e arranjos específicos nas relações de poder que estão na base da produção das representações e resultam em diferentes modos de representar. Nas palavras da autora:

A disputa pelo controle das representações, que existe no mundo inteiro, no Brasil assume significados específicos, uma vez que o controle sobre o que será representado, como e onde, está imbricado com os mecanismos de reprodução da desigualdade social (HAMBURGER, 2005, p. 295).

Estudando filmes e programas de televisão do início dos anos 2000, a autora observa que pessoas de diferentes grupos sociais, especialmente daqueles historicamente apartados de regimes de visibilidade audiovisuais, procuraram se apropriar dos mecanismos de produção da representação. Se, nos anos 1970 e 1980, a pobreza e a violência estavam ausentes do universo da televisão, na década de 1990, o telejornal vespertino *Aqui e Agora*, do SBT, alterou essa situação de invisibilidade, assumindo “paisagens urbanas populares como locação de reportagens transmitidas ao vivo, por repórteres e cinegrafistas em movimento”. (HAMBURGER, 2005, p. 298). Já nos anos 2000, as representações da pobreza e da violência passaram a ocupar um lugar de maior destaque na TV e no cinema, a partir, principalmente, de produções documentais.

Assim, a disputa pelo controle das imagens que serão veiculadas em diferentes espaços midiáticos é estratégica na sociedade contemporânea, pautando a relação que os indivíduos estabelecem com diferentes conteúdos midiáticos. Nesse sentido, o jornalismo periférico, especialmente no caso de sua produção audiovisual, pode ser considerado como um estágio específico no processo de “apropriação dos mecanismos de produção da representação” (HAMBURGER, 2005, p. 295). Se “esforços específicos” resultam em “formas estéticas específicas”, a principal especificidade do jornalismo periférico talvez esteja no deslocamento da condição de “outro” que as periferias historicamente ocuparam no panorama da produção

audiovisual brasileira, já que estamos falando de representações produzidas por coletivos que se reconhecem como periféricos.

3.2. O percurso de um conceito: definições e características

Por meio da realização de uma revisão bibliográfica com foco em livros e artigos científicos, conduzida através da ferramenta Google Acadêmico e adotando as palavras-chave “jornalismo periférico” e “jornalismo de periferia”, é possível encontrar um aumento no volume de trabalhos publicados a partir do ano de 2019, o que evidencia o caráter relativamente recente, ao menos entre trabalhos acadêmicos publicados em português, do conceito de “jornalismo periférico”.

Em nossa pesquisa, o texto mais antigo encontrado tem como título “Periferia Midiatizada – Midiatização da Periferia”, de Guaciara Barbosa de Freitas, publicado em 2008. O artigo recorre a aportes da ciência política para discutir o *funk* na periferia e como as mídias audiovisuais – e, dentre as quais, produtos jornalísticos, como a revista eletrônica *Fantástico*, da Rede Globo – retratavam o sujeito periférico na primeira década do século XXI. Nesse sentido, o trabalho aborda a relação entre jornalismo audiovisual e periferia a partir de representações presentes em emissoras de TV tradicionais:

A criação e exibição de “Central da Periferia” incorporava um emblema identitário ao enfatizar o valor das produções coletivas, marcadas pelos “sucessos”, principalmente musicais, que nasceram na periferia, repercutiram intensamente na periferia e se tornaram reconhecidos para além das áreas periféricas, graças ao consumo e apreciação por parte dos próprios sujeitos do lugar periferia. Em “Minha Periferia” a abordagem do coletivo era feita por outra estratégia: a história de vida dos indivíduos que conseguiram romper com as determinações sócio-econômicas perversas de uma realidade impregnada de elementos nefastos como miséria e violência (BARBOSA, 2008, p. 5).

Assim, o trabalho de Barbosa (2008) dá o tom da forma como a relação entre jornalismo e periferia era abordada em pesquisas no campo da Comunicação até poucos anos. Isso porque, até 2016, não encontramos, por meio da busca realizada pela ferramenta Google Acadêmico, trabalhos que abordassem o jornalismo *feito nas periferias e para as periferias*. Nesse sentido, nosso foco recairá sobre as publicações mais recentes localizadas na etapa de revisão bibliográfica do trabalho.

Dentre os achados recentes, os textos mais relevantes para esta pesquisa são: “Jornalismo Periférico: um mapeamento das iniciativas jornalísticas feitas a partir das periferias paulistanas”, de Bruna Soares David Silva e Cláudia Nonato; “Periferia:

um lugar para a identidade no discurso de jornalistas”, de Cláudia Nonato, Fernando Felício Pachi Filho e Camila Acosta Camargo; e “Identidades e subjetividades: legitimidade social e visibilidade pública em coletivos de comunicação de mulheres”, de Rosana de Lima Soares.

Nesses três artigos, todos publicados em 2019, aparece como central a busca pela identidade profissional do jornalista periférico. Isto é: depois que saiu das comunidades, ingressou na universidade, sobretudo no curso de Comunicação, para onde esse sujeito periférico foi? Como conseguiu emprego nas áreas de jornalismo e audiovisual? E, para além disso, será que o sujeito periférico que continua na periferia alcançou a tão sonhada visibilidade? Os artigos buscam responder a essas questões e mapeiam quem são os profissionais de comunicação vindos das periferias.

Além do cenário identificado nas redações, que não abrangem a pluralidade étnicoracial da sociedade brasileira em suas equipes, observa-se que a mídia tradicional enraíza narrativas estereotipadas em relação a algumas conjunturas – como no caso das periferias, conforme verificado por Silva, Alberto e Nonato (2016). Para Freitas (2011, p. 21), “periferia costuma ser o termo utilizado em discursos que intencionam identificar, de forma genérica e abrangente, o lugar onde vivem os pobres, marginalizados e excluídos do sistema capitalista” (SILVA; NONATO, 2019, p. 2).

Já entre outros trabalhos mais recentes, publicados em 2021, é perceptível a existência de deslocamentos nas principais preocupações dos pesquisadores. Isso porque esses estudiosos demonstram já saber quem trabalha dentro dos veículos periféricos e de onde vêm esses profissionais. Nesse sentido, preocupam-se em realizar estudos de caso e análises de veículos específicos, procurando compreender como eles se mantêm e quais são seus processos produtivos e práticas discursivas diárias. No ano em questão, os artigos identificados como mais relevantes para esta pesquisa são os seguintes: “Parcerias e precariedade: investigação sobre o financiamento de projetos de ‘jornalismo de quebrada’ em periferias de São Paulo”, de Mariana de Sousa Caires; e “Jornalistas de quebrada: a periferia em movimento enquanto espaço de construção de sujeitos comunicacionais”, de Thiago de Souza Borges, Aline Rodrigues da Silva, Laís Diogo Costa e Camila Lima Cerqueira.

Em 2014, a Prefeitura de São Paulo lançou o Edital Redes e Ruas e o [veículo] Periferia e Movimento foi selecionado com o projeto “Repórter da Quebrada - Jornalismo Cidadão Conectando o Extremo Sul”. O valor bruto do orçamento destinado foi de R\$ 35.956,20. O projeto incluiu a realização do curso com duração de cinco meses (sobre jornalismo para adolescentes da região, que contou com entrevistas com ativistas e coberturas de eventos

locais), além da atualização do site e oficinas em escolas. O orçamento englobou equipamentos, pagamento de auxílio transporte, alimentos para as reuniões, materiais de papelaria, e também o pagamento aos profissionais do coletivo. Nesse formato do Edital, os coletivos precisam apresentar um orçamento detalhado no projeto e, ao final, prestar contas de todos os gastos executados (SOUZA, 2021, p. 5).

Encontramos ainda alguns artigos relevantes anteriores às publicações citadas, datados de 2016 e 2017. São eles: “A periferia na grande mídia brasileira: uma análise discursiva”, de Lucas Corte Alves de Souza; e “Jornalismo no ‘país da periferia’: noticiabilidade, ambivalência e liminaridade”, de Ada Cristina Machado da Silveira, Clarissa Schwartz, Isabel Padilha Guimarães. Como os próprios títulos sugerem, esses trabalhos repetem a tendência observada nas pesquisas sobre a relação entre jornalismo e periferia desenvolvidas na década de 2000; isso porque mapeiam as formas como a chamada “grande mídia” produz imagens das periferias brasileiras. Nesse sentido, mesmo quando tratam de iniciativas de comunicação conduzidas por sujeitos periféricos, esses trabalhos acadêmicos buscam situar o lugar e o papel dessas iniciativas assumindo a atuação do jornalismo de referência como parâmetro.

Por mais que as duas parcelas do campo jornalístico em questão – de um lado, o *jornalismo de referência*, e, do outro, o *jornalismo periférico* – partam do estabelecimento de relações distintas, do ponto de aspectos socioespaciais e identitários articulados a partir das lógicas de produção⁶, em relação às periferias, é muito comum que os autores estabeleçam essa analogia entre ambos, como se não fosse possível falar sobre iniciativas de comunicação sediadas nas periferias sem colocá-las em relação ao jornalismo tradicional.

Indagar se os protagonistas das matérias jornalísticas efetivam os valores de sua identidade social, quer como jornalista profissional, quer como militantes populares de periferia na construção da identidade discursiva das matérias jornalísticas produzidas, requer observar relações pertinentes à competência representacional, bem como as repercussões sobre a noticiabilidade que

⁶ Consideramos as lógicas de produção como parte do “circuito cultural”, conforme definição discutida por Escosteguy (2007), do qual as mídias jornalísticas fazem parte e à luz do qual devem ser consideradas. Nesse sentido, tomamos como pressuposto a inseparabilidade entre os lugares de produção, os textos midiáticos e os processos de circulação e recepção desse conteúdo, embora cada um desses “momentos” do circuito cultural possua singularidades que devem ser consideradas. Desse modo, a opção por priorizar, nesta pesquisa, aspectos relacionados aos momentos de *produção* e do *texto audiovisual* em jogo quando abordamos, em perspectiva comparativa, representações de gênero no jornalismo periférico e no telejornalismo de referência coloca-se como recorte metodológico necessário à viabilização da pesquisa, diante das limitações de tempo em uma pesquisa de mestrado; entretanto, sabemos que esses dois momentos não se dissociam dos outros lugares constitutivos do circuito cultural.

caracteriza os programas. As novas práticas mostram o que o jornalismo é, ou o que ele está se tornando, contra o privilégio que consiste no estudo de rotinas e formas padronizadas de produzir notícias (DEUZE; WITSCHGE, 2015 apud MACHADO; SCHWARTZ; PADILHA, 2016, p. 3).

Além dos artigos localizados por meio da pesquisa bibliográfica conduzida junto à plataforma Google Acadêmico, destaca-se, nos últimos anos, uma proliferação de livros de autores brasileiros que mobilizam o conceito de “jornalismo periférico”. Dentre essas obras, podemos citar o livro “Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas”, de Mara Rovida, pesquisadora brasileira que tem se debruçado sobre o tema. A obra mapeia as questões periféricas, inclusive muito citadas nesta pesquisa, discutindo a emergência do sujeito periférico, como é feita sua construção e qual é o papel do jornalismo periférico como veículo de informação e promoção de cidadania dentro das periferias do Brasil.

Muito mais do que um fenômeno jornalístico pontual e com data de validade, o jornalismo das periferias parece ganhar cada vez mais musculatura e ares de uma prática que finca raízes e tem provocado mudanças no ecossistema midiático. Das bordas urbanas, um relato concebido pela afetação mútua entre jornalistas e pesquisadora, entre sujeitos que compartilham a crença de que a informação é uma necessidade e a comunicação, um direito humano (ROVIDA, 2020, s./p.).

Ao mesmo tempo, merece atenção também a publicação de dossiês sobre jornalismo periférico, o que indica que existem não apenas pesquisas individuais sobre esse conceito, mas que ele tem estado no centro da preocupação de editores de revistas do campo da Comunicação no Brasil. É o caso, por exemplo, do dossiê “Comunicação das Periferias”, publicado na primeira edição de 2021 da Revista Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ISSN: 2176-1507), vinculado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O editorial do dossiê diz:

Esta edição traz o DOSSIÊ “COMUNICAÇÃO DAS PERIFERIAS”: a partir do incremento de iniciativas de comunicação desenvolvidas por sujeitos, individuais e coletivos, que buscam criar espaços de produção narrativa pautados por perspectivas engajadas com a multiplicidade de sociabilidades existentes nos territórios não centrais (ALTERJOR, 2021, *on-line*).

O dossiê abre perspectivas diferentes, principalmente para quem é estudante universitário, de entender e analisar melhor o jornalismo periférico. Procura as dores

e as faltas vivenciadas pelo sujeito periférico e, em alguns outros artigos, também busca definições teóricas para o conceito de periferia⁷.

3.3. O cenário do jornalismo periférico na cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo, megalópole com aproximadamente 12 milhões de pessoas, é palco da maior favela do país, Paraisópolis, com dimensões municipais, que conta com 100 mil habitantes, segundo o IBGE⁸. Considerando uma única comunidade, é possível entender as dimensões da cidade mais populosa do Brasil, que inclui ainda tantas outras periferias, cada qual com suas singularidades, não mencionadas. Visto isso, é fácil compreender quão necessário é que informações qualificadas cheguem às populações periféricas - e como isso se faz.

Assim, essa subseção busca caracterizar alguns dos principais veículos periféricos da cidade de São Paulo.

- *Alma Preta* (2015) faz jornalismo com profissionais 100% pretos. A ideia do surgimento do veículo aconteceu quando seus fundadores ainda estavam na faculdade; por meio de pautas antirracistas, o grupo foi ganhando força no ecossistema midiático e conseguiu profissionalizar o *Alma*. Também *on-line*, disponibiliza conteúdos audiovisuais e em texto. Segundo seu site oficial: “Nossa missão é informar a sociedade a partir da perspectiva racial negra e periférica, e responder aos anseios desse público com notícias multimídia” (ALMA PRETA, s./d., *on-line*).
- *Periferia em Movimento* (2009) é um veículo criado por três jornalistas vindos da zona sul da capital paulistana. Hoje, a equipe já conta com muito mais jornalistas do que no seu início e reverbera a ideia de “jornalismo de quebrada”, da favela para a favela. Seu conteúdo é *on-line* e, segundo informações de seu site oficial, “Periferia em Movimento tem como missão fazer um jornalismo

⁷ Os artigos do dossiê “Comunicação das Periferias” que abordam, mesmo que brevemente, o conceito de periferia são: “O custo da notícia: as relações de trabalho e estabilidade Financeira dos coletivos de jornalismo da periferia de São Paulo”; “Os dez anos de cobertura das periferias pela Agência Mural”; “Jornalistas de quebrada: a periferia em movimento enquanto espaço de construção de sujeitos comunicacionais”; e “Periferia da periferia: migrantes nordestinos na favela da Maré em três atos”.

⁸ A matéria divulgada no portal oficial do IBGE em 2016, Agência Brasil, e no Grade Estatística e Atlas Digital Brasil 1 por 1, pode ser encontrado em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/ibge-divulga-grade-estatistica-e-atlas-digital-do-brasil>. Acesso em: 05 dez. 2022.

sobre, para e a partir das periferias, [...] espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos” (PERIFERIA EM MOVIMENTO, s./d., *on-line*).

- A *Agência Mural* (2010), que alcançou mais popularidade do que os demais veículos citados, procura abranger pautas de toda a cidade de São Paulo por meio de conteúdos publicados em seu site, cobrindo assuntos relacionados às zonas norte, sul, leste e oeste. O veículo cobre também, principalmente, a grande São Paulo (região metropolitana), não se limitando apenas às quebradas da capital. Segundo seu *site* oficial: “A Agência Mural de Jornalismo das Periferias tem como missão minimizar as lacunas de informação e contribuir para a desconstrução de estereótipos sobre as periferias” (AGÊNCIA MURAL, s./d., *on-line*).
- *Desenrola e Não me Enrola* (2013), último veículo que citamos neste breve mapeamento, conta com uma equipe de jornalistas mais reduzida: até o momento de realização desta pesquisa, em abril de 2022, eram nove profissionais. O veículo, que começou como um *blog*, conseguiu alavancar suas produções até se tornar um dos veículos periféricos mais notórios da cidade. O *Desenrola* cobre as quatro zonas da cidade e seu meio de publicação é *on-line*. Segundo seu site oficial: “A complexidade para interpretar a vida nos territórios periféricos não pode mais ser encarada com tal simplicidade, como já é feito há décadas pela mídia tradicional”, (DESENROLA E NÃO ME ENROLA, s./d., *on-line*).
- Objeto principal desta pesquisa, *Nós, mulheres da periferia* (2014) é um coletivo que conta com mulheres de alguns extremos do município de São Paulo, produzindo e disponibilizando conteúdo *on-line*, tanto em texto, em seu portal, quanto em vídeo, no YouTube e, ainda, em áudio, via Spotify, com o *podcast Conversa de portão*. Fundado em março de 2014, o *website Nós, mulheres da periferia*⁹ nasceu da repercussão gerada pela publicação, dois anos antes, na Folha de S. Paulo, de um artigo assinado por Bianca Pedrina, Jéssica Moreira,

⁹ No momento de elaboração desta pesquisa, o *site* conta, em seu menu principal, com cinco editorias fixas – “Análise”, “Comportamento”, “Contexto”, “Histórias” e “Webstories” –, além da seção “Contato”. Também é possível encontrar, na *homepage*, os *links* “Equipe”, “Apoie” – com informações sobre a campanha de financiamento recorrente do veículo –, “Manifesto” e “Quem somos”. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>. Acesso em: 28 out. 2022.

Mayara Penina, Semayat Oliveira e Patrícia Silva, fundadoras do *Nós*. Intitulado *Nós, mulheres da periferia*, o texto discutia a invisibilidade e a violação de direitos das mulheres que vivem nas muitas periferias do Brasil (PEDRINA; MOREIRA; PENINA; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Segundo o próprio coletivo: “O *Nós, Mulheres da Periferia* é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas” (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, s./d., *on-line*).

Cabe observar que todos os veículos periféricos mencionados possuem campos, em seus portais, para angariar apoio por parte de sua audiência, uma espécie de doação para que o trabalho jornalístico consiga continuar sendo produzido, já que a sustentação financeira é um grande desafio.

Outra forma que os veículos periféricos encontraram para viabilizar economicamente seu trabalho é por meio de parcerias; todos os veículos citados têm pacotes de assinaturas mensais e/ou doações de apoio. Mas, em especial, o *Desenrola e Não me Enrola*, tem mais apoios de instituições como Fundação Rosa Luxemburgo, Artigo 19, FordFoudation e Fundação Tide Setubal. Já no caso de *Nós, mulheres da periferia*, foi estabelecida, em 2021, uma parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, que, entre outras iniciativas, apóia a série “Feminismos” do *podcast Conversa de Portão*, produzido pelo coletivo¹⁰.

A partir dos princípios editoriais declarados pelos veículos, também é possível entender a luta pela qual o jornalismo periférico vem passando, desde a busca pela visibilidade e reconhecimento das comunidades até as questões financeiras. Se o jornalismo de referência já vem sofrendo um sucateamento nos últimos anos devido à queda de assinaturas e das receitas publicitárias, com rodízios sendo feitos nas redações, diminuição de cargos e sobrecarga dos profissionais, o jornalismo periférico já nasce com equipes e orçamentos reduzidos, tentando sobreviver – e manter sua independência editorial - apesar das limitações em sua estrutura produtiva.

3.4. A produção audiovisual no contexto do jornalismo periférico

No texto “O mal-estar na representação: das lutas identitárias ao reconhecimento social”, de Rosana de Lima Soares (ECA/USP) e Thiago Siqueira,

¹⁰ Segundo informações disponíveis em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/conversa-de-portao-27-voce-ja-teve-medo-de-dar-uma-opinioao>. Acesso em: 28 mai. 2022.

pesquisadores da USP, os autores buscam uma reflexão sobre a produção audiovisual dos coletivos periféricos jornalísticos no Brasil. Já num primeiro momento, é levado em consideração a qualidade do jornalismo periférico, ou seja, como ele é feito e apresentado e sua estética.

[...] Os fundamentos do jornalismo (pauta, apuração, redação, edição) não são tão diferentes nos coletivos periféricos (o que atesta sua qualidade e competência em tempos de proliferação de *fake news* e de banalização da informação), mas a angulação das notícias é nitidamente engajada e combativa, assumindo o ponto de vista dos sujeitos nelas implicados como produtores ou receptores e agregando suas marcas identitárias (SOARES; VENANZONI, 2020, p. 48).

Retomando ao que foi discutido ainda neste capítulo, sobre espaços geográficos de uma perspectiva periférica, as periferias deixaram de ser, como na teoria, apenas lugares afastados dos centros das cidades. Os bairros nobres agora se localizam, mais do que nunca, longe do centro. Principalmente na capital paulistana, onde o tráfico e o crime tomam conta da metrópole, contribuindo ainda mais para que a periferia (mesmo que no centro) seja estereotipada, esquecida e marginalizada.

Assim como as periferias são definidas no plural, marcando um lugar geográfico e ao mesmo tempo simbólico, também as juventudes podem ser percebidas em múltiplas vertentes. Apartados não apenas fisicamente das regiões centrais das cidades, mas isolados do acesso a seus bens culturais e de consumo pela dificuldade de mobilidade urbana nos bairros distantes [...] (SOARES; VENANZONI, 2020, p. 46).

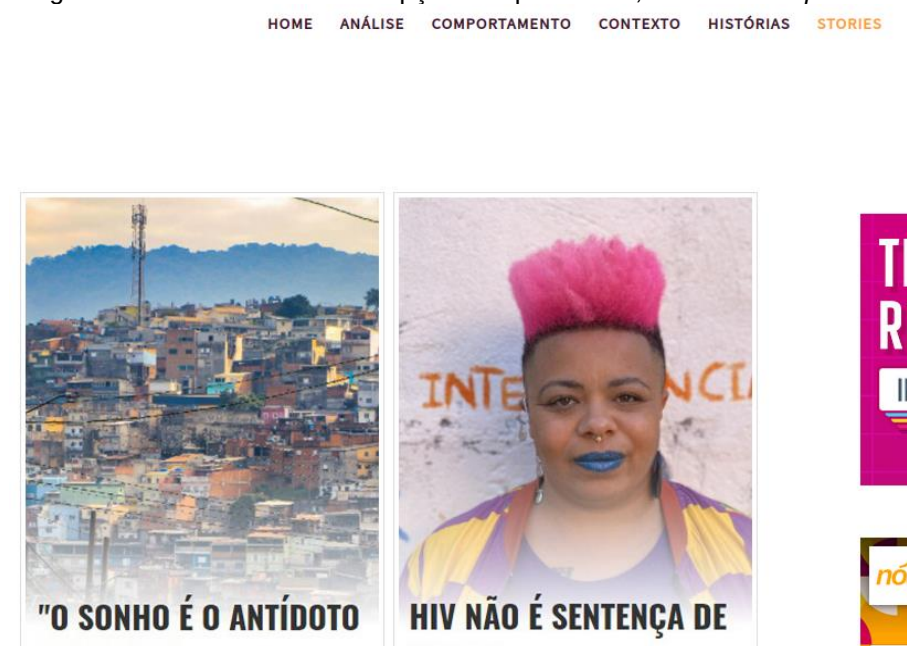
É importante ressaltar, ainda, que os veículos periféricos não foram criados de fora da periferia para dentro dela. Ou seja, os mesmos servem àqueles que foram esquecidos pelas grandes mídias e, quando possível, é feita uma cobertura por jornalistas e comunicadores que são das próprias comunidades. Os autores do artigo explicam:

Além de propor novos modos de construção da representação que possam problematizar as formas hegemônicas de visibilidades periféricas nas mídias, os coletivos tematizam, em seus textos e imagens, vivências e experiências locais. Ao produzir narrativas críticas, enfatizando espaços de atuação simbólica e ações culturais, as produções dos coletivos não apenas denunciam abusos do Estado, uso sistemático de violência policial, desigualdades ou descaso por parte do poder público, mas produzem deslocamentos nos discursos midiáticos, tornando seus narradores protagonistas de suas histórias em relatos individuais dotados de uma dimensão coletiva (SOARES; VENANZONI, 2020, p. 50).

Entre os veículos citados estão: *Alma Preta*, *Periferia em Movimento*, *Desenrola e Não me Enrola*, *Agência Mural* e *Nós, mulheres da periferia*, todos têm participação e abastecem conteúdo audiovisual no *reels* do Instagram, Facebook, YouTube e Twitter. Inclusive, aderiram ao *podcast*, nova forma audiovisual que ganhou ascensão nas plataformas digitais. A diferença nesse modo, está apenas onde é postado o conteúdo: ora na plataforma de *streaming* Spotify, ora no próprio YouTube. O único veículo que "destoa" um pouco dos outros é o *Periferia em Movimento*, que além de fazer parte de todas as plataformas mencionadas, também está ativo no LinkedIn, a rede social com um viés para posts de carreira profissional.

O *Nós, mulheres da periferia*, que recebe mais ênfase nesta pesquisa, conta com uma aba em seu próprio site chamada "*stories*", remetendo o usuário ao Instagram, onde é possível visualizar, quando clicado, fotos e vídeos curtos sobre reportagens que o veículo já cobriu, sendo possível, inclusive, pausar ou compartilhar o conteúdo com outras pessoas através de um *link*.

Figura 1: Ícone *stories* e suas opções no portal *Nós, mulheres da periferia*



Fonte: portal *Nós, mulheres da periferia*.

Figura 2: exemplo de como se dá a visualização dos *stories* no portal *Nós, mulheres da periferia*



Fonte: portal *Nós, mulheres da periferia*.

Além disso, o veículo já produziu um mini documentário para o YouTube, uma dentre as diversas frentes de atuação do coletivo, embora essa plataforma não seja alimentada com tanta frequência como o site e o Instagram, que têm postagens diárias. O *Nós* também tem um *podcast* no Spotify chamado *Conversa de Portão*, que até o momento desta pesquisa conta com 59 episódios. Assim como o edital do veículo, o *podcast* propõe história ou análises sobre mulheres.

Dentre as diversas frentes de atuação do grupo de comunicadoras, destaca-se a realização, em 2015, no Centro Cultural da Juventude, em São Paulo, da exposição multimídia “QUEM SOMOS [POR NÓS]”, fruto da série de oficinas *Desconstruindo Estereótipos*, que envolveu cerca de 100 mulheres de 17 a 92 anos,

de diferentes bairros paulistanos, e teve como objetivo compreender como as participantes avaliavam suas representações em narrativas midiáticas. Essa ação resultou na produção do documentário *Nós, Carolinas*, lançado em 2017 e já mencionado (NÓS, s./d., *on-line*).

4. Capítulo 3

A cobertura jornalística sobre violências contra a mulher: *Jornal Nacional* e *Nós, mulheres da periferia*

Neste capítulo, apresentamos as reflexões traçadas com base em análise do *corpus* de pesquisa, que é formado, conforme apontamos na Introdução desta dissertação, por materiais audiovisuais veiculados pelo *Jornal Nacional* e disponibilizados no canal do coletivo *Nós, mulheres da periferia* no YouTube. No caso desse segundo veículo, vídeos de YouTube foram escolhidos por representarem a produção audiovisual mais recente do coletivo, ainda que em outras plataformas, como Instagram e Facebook, encontremos um número maior de vídeos em forma de publicações curtas e temporárias, que, justamente por representarem conteúdos mais voláteis, não serão consideradas para a construção do *corpus* de pesquisa.

Sabemos que os dois veículos/produtos jornalísticos analisados representam formatos distintos – por um lado, *telejornal*; por outro, *vídeo no YouTube* –, cujas particularidades refletem as próprias diferenças entre os contextos de produção do *Jornal Nacional* e do coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Tais singularidades em termos de formato contribuem para a conformação dos modos de endereçamento observados em cada um dos veículos/produtos analisados; não obstante, consideramos que ambos podem ser analisados com base nesse conceito porque se filiam à matriz telejornalística, entendida de forma ampla (no caso das matérias audiovisuais produzidas pelo coletivo *Nós, mulheres da periferia*, por exemplo, muito embora não se trate de produtos televisivos *stricto sensu*, é possível encontrar diversos pontos de diálogo e referência a elementos da linguagem do telejornalismo, como veremos adiante).

A construção do *corpus* tem como objetivo levantar matérias jornalísticas dos dois veículos em foco que abordem questões de gênero – tais como discussões ligadas a direitos das mulheres, feminismos, vivências femininas etc. –, com destaque para a temática das violências contra mulheres. Dessa forma, o cotejo do material empírico se deu por meio de duas etapas: em uma primeira etapa, buscamos “tatear” e tomar contato com as representações de gênero presentes nos dois veículos em foco, ao mesmo tempo em que buscamos construir um banco de dados amplo contendo o mapeamento desses conteúdos; em seguida, em uma segunda etapa de

manejo do objeto empírico, dedicamo-nos, em posse do conhecimento construído por meio da etapa de mapeamento realizada, à construção do *corpus* analítico propriamente dito, que é composto por matérias veiculadas pelo *Jornal Nacional* e disponibilizadas no canal do YouTube do coletivo *Nós, mulheres da periferia* no intervalo de um ano, compreendido entre junho de 2020 e maio de 2021, período escolhido por corresponder ao auge da pandemia da Covid-19, marcado pela intensificação da vulnerabilidade das mulheres diante da situação de confinamento.

No presente capítulo, embora sejam efetivamente analisadas somente as matérias que integram o *corpus* da pesquisa – isto é, aquelas localizadas por meio da segunda etapa de cotejo do objeto empírico, conforme apontamos –, optamos por apresentar, também, inicialmente, o conjunto de materiais localizados durante a primeira etapa de mapeamento: isso porque, além de constituir um banco de dados que pode contribuir para pesquisas futuras, os resultados desse mapeamento incipiente foram fundamentais à condução das etapas seguintes da pesquisa, influenciando, inclusive, os critérios de composição do *corpus* analítico propriamente dito. Assim, nessa etapa de “tateamento” da materialidade de nosso objeto, adotamos, para cada veículo, os seguintes critérios de mapeamento:

- a) Em relação ao *Jornal Nacional*, buscamos inicialmente mapear todas as reportagens relacionadas ao Dia Internacional da Mulher veiculadas como parte do telejornal entre 2014 e 2021; a escolha do ano de 2014 como marco inicial do período de observação busca considerar períodos similares para a análise do *Jornal Nacional* e da produção do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, já que o *webiste* desse último foi fundado no ano em questão; já a escolha do ano de 2021 como marco final do período de observação visa priorizar um recorte o mais próximo possível do momento de realização desta pesquisa. Ao mesmo tempo, a opção por iniciar o contato com nosso objeto empírico considerando-se reportagens veiculadas a propósito do Dia Internacional da Mulher guiou-se pelo objetivo de observar o maior número e a maior diversidade possível de reportagens que abordassem questões relacionadas a vivências femininas no *Jornal Nacional*, proposta que se revelou pertinente como forma de conhecer melhor o telejornal em foco, ainda que pouco efetiva para a construção do

corpus analítico, já que apenas um número pequeno dessas matérias abordou especificamente a temática da violência contra a mulher.

b) Já no caso do coletivo periférico *Nós, mulheres da periferia*, buscamos inicialmente mapear, na íntegra, o conjunto de vídeos publicados no canal do coletivo no YouTube até o ano de 2021; o recorte temporal, nesse caso, respeita os limites de data representados pela própria publicação dos conteúdos disponibilizado no canal até o final da etapa de coleta de dados da presente pesquisa. Dessa forma, pudemos conhecer melhor as características da produção audiovisual do coletivo, conhecimento esse que se mostrou fundamental à etapa posterior de construção do *corpus* analítico, que, assim como no caso do *Jornal Nacional*, baseou-se na delimitação de um período de observação e no estabelecimento de um recorte temático mais restrito.

Como parte dessa primeira etapa de contato com a materialidade do objeto empírico, todas as reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* do Dia Internacional da Mulher entre 2014 e 2021 e todos os vídeos disponibilizados no canal do coletivo *Nós, mulheres da periferia* no mesmo intervalo temporal foram tabulados em função de seu título e data de publicação; de sua estrutura narrativa; e de seus temas principais. No caso do material do *Nós*, procuramos observar também o número de visualizações de cada vídeo em uma mesma data. As tabelas 1 e 2, a seguir, apresentam os resultados dessa operação inicial de mapeamento:

Tabela 1 – Reportagens do *Jornal Nacional* no Dia Internacional da Mulher (2014 a 2021)

Jornal Nacional		
Título e data de publicação	Estrutura narrativa	Tema(s) principal(is)
Mulheres que trabalham nas obras dos estádios da Copa de 2014 são homenageadas 8 mar. 2012	Off; Entrevista.	Mulheres que trabalham na construção de estádios

Programa Minha Casa, Minha Vida é alterado para beneficiar as mulheres 8 mar. 2012	Nota âncora	Nota sobre a mudança do programa “minha casa, minha vida”
Brasileiras guerreiras lutam contra a violência doméstica no Brasil 8 mar. 2014	Off; Entrevista; Passagem.	Marisa Chaves de Souza, do Movimento de Mulheres de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, e a presidente do Espaço Democrático de União, Lúcia Cabral, que lutam pela paz.
Quatro mulheres são executadas em Goiânia 8 mar. 2014	Off. Imagens.	Assassinato de 4 adolescentes
Dia Internacional da Mulher é marcado por manifestações em várias capitais brasileiras 8 mar. 2014	Imagens e off.	Manifestações no Dia Internacional da Mulher
Campanha de vacinação contra o HPV começa na segunda-feira (10) 8 mar. 2014	Off; Entrevistas; Passagem.	A campanha, que tem como público-alvo pré-adolescentes entre 11 e 13 anos, quer prevenir um tipo de câncer muito perigoso para as mulheres: o de colo de útero. A meta do Ministério da Saúde é vacinar 80% das meninas.
Movimentos sociais organizam protestos nesta terça-feira (8) 8 mar. 2016	Off; Imagens.	Em Goiânia, manifestantes invadiram a Secretaria Estadual da Fazenda exigindo ações de combate à violência contra as mulheres e promoção à saúde
OMS recomenda que grávidas não viagem para as regiões com surto do vírus da zika 8 mar. 2016	Nota.	OMS sugeria que as mulheres considerassem adiar viagens que não fossem urgentes.
Patrocinadores deixam Maria Sharapova após doping 8 mar. 2016	Nota; Imagens; Off.	Uma empresa de material esportivo e um fabricante de relógios suspenderam os contratos de patrocínio. E outros patrocinadores podem fazer o mesmo.
Juliana Velloso carrega uma responsabilidade a	Off; Entrevistas; Imagens.	Nesse 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o <i>Jornal Nacional</i> vai mostrar os desafios diários de uma brasileira que, como tantas outras, tem

mais na vida e no esporte 8 mar. 2016		que se desdobrar para cumprir a agenda de compromissos.
Dia Internacional da Mulher tem manifestações no Brasil e no mundo 8 mar. 2017	Off; Imagens.	Multidões foram às ruas pedir igualdade de direitos e o fim da violência. No Brasil, críticas também ao governo Temer e à reforma da Previdência.
Discurso de Temer sobre a mulher provoca críticas nas redes sociais 8 mar. 2017	Off; Imagens.	Declarações deram ênfase às atividades domésticas das mulheres. Secretária lembra que Temer criou primeira Delegacia das Mulheres.
Parlamento britânico debate exigência de salto alto no trabalho 8 mar. 2017	Off; Imagens; Entrevistas; Passagem; Gráficos.	Mulher fez petição <i>on-line</i> que reuniu mais de cem mil assinaturas. Governo de Theresa May declara que “o que vale para elas vale para eles”.
Países europeus interpretam a violência doméstica de maneiras completamente opostas 8 mar. 2018	Simulação; Off; Gráfico; Passagem; Entrevista.	Enquanto a Inglaterra aumentou as penas para agressores, a Rússia aprovou um limite que o país considera aceitável para agressões dentro de casa.
Uma em cada quatro mulheres já sofreu assédio em transportes públicos, diz pesquisa 8 mar. 2018	Off; Entrevista; Passagem.	Assédio no transporte público.
PF encontra drogas em carro que está em nome de desembargadora 8 mar. 2018	Off; Entrevista; Imagens.	Carro foi apreendido há um ano com o filho da desembargadora, que foi preso, mas transferido para uma clínica particular.
No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência 8 mar. 2019	Gráfico; Simulação.	Os números são do Monitor da Violência, um estudo do G1 em parceria com o núcleo de estudos da violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
Mulher espancada e jogada na estrada grava depoimento no hospital 8 mar. 2019	Entrevista; Off; Passagem.	Jane Cherubim foi agredida brutalmente pelo namorado, Jonas Amaral. O irmão dela disse que a briga começou porque ela não quis tirar uma foto com Jonas. Ele está foragido.

Dameres lança campanha de proteção com ajuda de profissionais de beleza 8 mar. 2019	Entrevista; Off; Passagem. Imagem.	Cabeleireiros e manicures são treinados para observar possíveis sinais de agressão às clientes. O JN já mostrou que a iniciativa teve bons resultados em Mato Grosso do Sul.
Maior preocupação em relação às mulheres é violência sexual e física, diz pesquisa 8 mar. 2019	Entrevista; Off; Passagem. Imagem; Gráfico. Cabide.	No Brasil, igualdade salarial ficou em quinto lugar como assunto mais crítico, tema que lidera em países como Chile, Canadá, Hungria, Holanda, Suécia e Grã-Bretanha.
Mulheres entre 25 e 49 anos ganham 20,5% a menos que homens, diz IBGE 8 mar. 2019	Gráfico; Off; Entrevista; Passagem.	Desigualdade salarial entre homens e mulheres aumenta quando elas estudam mais. E elas ocupam menos da metade dos postos de diretores e gerentes no mercado de trabalho.
Dia Internacional da Mulher tem celebrações e protestos no mundo 8 mar. 2019	Off; Entrevista; Passagem.	Em Madri, grupo de extrema-direita protestou contra a lei de proteção à mulher. Mulheres russas receberam homenagens na terra e no espaço.
Moradora de Teresina realiza sonho de ter um banheiro em casa aos 59 anos 8 mar. 2019	Off; Entrevista.	Dona Francisca apareceu numa reportagem do <i>Jornal Nacional</i> em dezembro de 2018. Casal do Rio de Janeiro resolveu ajudar.
Dia Internacional da Mulher tem manifestações em vários lugares do mundo 8 mar. 2021	Passagem; Off; Gráfico.	Governo brasileiro se recusa a assinar resolução para proteger a saúde das mulheres.
Após veto, Bolsonaro recua e anuncia distribuição gratuita de absorventes 8 mar. 2022	Off; Entrevista; Passagem.	Depois de provocar críticas e protestos, no ano passado, ao vetar a distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda, o presidente acabou editando um decreto para garantir o benefício.
Mulheres cientistas são decisivas para o avanço da humanidade 8 mar. 2022	Off; Entrevista; Gráfico	Na pandemia, o mundo precisou confiar no esforço emergencial da ciência e pôde contar com o talento e o empenho de mulheres brilhantes.

Fonte: elaboração da autora.

Tabela 2 – Vídeos publicados no canal do *Nós, mulheres da periferia* (2014 a 2021)

Nós, mulheres da periferia			
Título e data de publicação	Número de visualizações (na data de acesso)	Estrutura narrativa	Tema(s) principal(is)
Nós, mulheres da periferia (Teaser) 7 de mar. de 2014	841 visualizações (no dia 27/07/2022)	Apresentação das integrantes do veículo; Off; Encerramento.	Apresentação do veículo
Artigo Nós, Mulheres da Periferia no Sarau 25 de mar. de 2014	74 visualizações (no dia 27/07/2022)	GC; Filmagem de uma poetisa declamando um poema e entrevista com a mesma.	A moradora Lucimara Lamy leu o artigo "Nós, Mulheres da Periferia", no Sarau "O que dizem os Umbigos?"
Inauguração - Casa das Criolas 1 de abr. de 2014	214 visualizações (no dia 27/07/2022)	GC; Entrevista; Encerramento.	Entrevista com a fundadora da Casa das Criolas
Histórias de vida de mulheres da Ocupação Palestina - Parte 2 29 de mai. de 2014	211 visualizações (no dia 27/07/2022)	GC; Entrevista; Encerramento.	Entrevista com moradora da Ocupação Palestina
Histórias de vida de mulheres da Ocupação Palestina - Parte 1 29 de mai. de 2014	373 visualizações (no dia 27/07/2022)	GC; Entrevista; Encerramento.	Entrevista com Micheline Maria da Silva Pereira, coordenadora do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)
Nós, mulheres da periferia no Sarau O que dizem os Umbigos 20 de jul. de 2014	131 visualizações (no dia 27/07/2022)	Jornalistas do <i>Nós, mulheres da periferia</i> , contando histórias no Sarau e divulgando o veículo.	O <i>Nós, mulheres da periferia</i> , no dia 19/07/2014, esteve presente no "Sarau O que dizem os Umbigos" em homenagem ao dia da Mulher Afro-Latina Americana e Caribenha.

Nós, mulheres da periferia participa de debate no youPIX 20 de jul. de 2014	55 visualizações (no dia 27/07/2022)	Debate	Regiany Silva, representa o <i>Nós, mulheres da periferia</i> , no youPIX Festival SP 2014 no debate "Periferia Conectada: Muito Além dos Rolezinhos" no dia 18/07 na Bienal de São Paulo, no Parque do Ibirapuera.
Lançamento do Nós, mulheres da periferia na Ação Educativa 20 de jul. de 2014	360 visualizações (no dia 27/07/2022)	Leitura do Manifesto do <i>Nós, mulheres da periferia</i> ; GC.	Leitura do Manifesto do <i>Nós, mulheres da periferia</i> no lançamento do coletivo na Ação Educativa no dia 4/06/2014.
Glória Maria Almeida da UFABC comenta como foi seu processo de identidade negra 27 de jul. de 2014	58 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Encerramento.	No debate realizado no dia 25/7 por estudantes do Campus São Bernardo da Universidade Federal do ABC (UFABC), para celebrar o Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha.
Convite Nós, mulheres da periferia para o Periferia no Centro da Revista Fórum 16 de nov. de 2014	84 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista das jornalistas do <i>Nós, mulheres da periferia</i> para revista Fórum; GC; Trilha sonora; Encerramento.	Semayat Oliveira e Regiany Silva, do <i>Nós, mulheres da periferia</i> convida para o Seminário "A Periferia no Centro", da Revista Fórum.
Nós, mulheres da periferia no Seminário Periferia no Centro da Revista Fórum 16 de nov. de 2014	101 visualizações (no dia 27/07/2022)	Seminário A periferia no centro da Revista Fórum. GC; Encerramento.	Participação do <i>Nós, mulheres da periferia</i> no Seminário "A periferia no centro" da Revista Fórum, no dia 14 de novembro de 2014.
Participação do Nós, mulheres da periferia no Rebelião Jornalística 16 de nov. De 2014	46 visualizações (no dia 27/07/2022)	Apresentação do <i>Nós, mulheres da periferia</i> no evento Rebelião Jornalística; GC; Encerramento.	Lívia Lima, representa o <i>Nós, mulheres da periferia</i> , no evento Rebelião Jornalística, organizado pela Agência Pública e Coletivo Ponte, no dia 15 de novembro de 2014.

Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" com Renata Ribeiro 17 de nov. de 2015	98 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista com moradora de periferia; Encerramento.	Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" tem autoria de moradoras de bairros afastados do centro e traz questionamentos sobre a mídia e a representatividade. Dia 21/11 no CJJ.
Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" com Manoela Gonçalves 17 de nov. de 2015	117 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista com moradora de periferia, Manoela Gonçalves; GC; Encerramento.	Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" tem autoria de moradoras de bairros afastados do centro e traz questionamentos sobre a mídia e a representatividade. Dia 21/11 no CJJ.
Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" com Tarsila Pinheiro 17 de nov. de 2015	101 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista com moradora de periferia, Tarsila Pinheiro; GC; Encerramento.	Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" tem autoria de moradoras de bairros afastados do centro e traz questionamentos sobre a mídia e a representatividade. Dia 21/11 no CJJ.
Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" com Dona Carolina 17 de nov. de 2015	163 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Encerramento.	Exposição "QUEM SOMOS [POR NÓS]" tem autoria de moradoras de bairros afastados do centro e traz questionamentos sobre a mídia e a representatividade. Dia 21/11 no CJJ.
Teaser Nós, Carolinas - Nós, mulheres da periferia 8 de mar. de 2017	1.044 visualizações (no dia 27/07/2022)	Documentário; Entrevista; Off; Trilha sonora; GC.	Uma senhora cheia de memórias sobre o interior de São Paulo. Uma menina que se orgulha de seu cabelo <i>black power</i> .
Nós, Carolinas - vozes das mulheres da periferia 7 de mar. de 2018	12.501 visualizações (no dia 27/07/2022)	Documentário; Entrevista; Off; Trilha sonora; GC; Infográfico; Legendas.	Uma senhora cheia de memórias sobre o interior de São Paulo. Uma menina que se orgulha de seu cabelo <i>black power</i> .

Exposição “QUEM SOMOS [POR NÓS]” - Dona Carolina Augusta de Oliveira 24 de jul. de 2018	79 visualizações (no dia 27/07/2022)	Documentário; Entrevista; GC; Encerramento.	Em 2015 o Coletivo <i>Nós, mulheres da periferia</i> , lançou a exposição multimídia “QUEM SOMOS [POR NÓS]”, no centro da cidade de São Paulo.
Exposição “QUEM SOMOS [POR NÓS]” - Joana Ferreira de Carvalho 24 de jul. de 2018	102 visualizações (no dia 27/07/2022)	Documentário; Entrevista; GC; Encerramento.	Em 2015 o Coletivo <i>Nós, mulheres da periferia</i> , lançou a exposição multimídia “QUEM SOMOS [POR NÓS]”, no centro da cidade de São Paulo.
Marcha das Mulheres Negras de São Paulo - 2018 26 de jul. de 2018	730 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Encerramento.	Pelo terceiro ano consecutivo, em 25 de julho de 2018, mulheres tomaram as ruas do centro de São Paulo em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latina e Caribenha. Nesse vídeo, participantes da marcha explicam porque o tema da mobilização é o Bem Viver.
Marcha pela Liberdade Religiosa em São Paulo (2018) 17 de ago. de 2018	104 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC;	Luta pela liberdade religiosa.
Mulheres contra o Bolsonaro - ato de 29 de setembro, em SP 1 de out. de 2018	84 visualizações (no dia 27/07/2022)	Filmagens.	O <i>Nós, mulheres da periferia</i> registrou a manifestação "Mulheres contra o Bolsonaro", em 29 de setembro, em São Paulo.
Por que mulheres das periferias de SP foram ao ato "Ele Não"? 1 de out. de 2018	176 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC.	Veja a entrevista que o coletivo <i>Nós, mulheres da periferia</i> fez com mulheres que se deslocaram de seus bairros para o ato "Ele Não", que aconteceu dia 29 de setembro no centro da cidade de São Paulo.

Moradoras do Jardim Miriam falam sobre as eleições 2018 5 de out. de 2018	156 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC.	Opiniões sobre as eleições de 2018.
Pagode na Disciplina: espaço de lazer e cultura na zona sul de São Paulo 5 de out. de 2018	880 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC.	O Pagode na Disciplina acontece no Jardim Miriam, bairro localizado na zona sul de São Paulo, no último domingo de cada mês. A iniciativa completou três anos em 2018 e tem se tornando uma opção cultural para as moradoras e moradores da região.
O amor vai vencer o ódio: evangélicas ocupam as ruas contra Bolsonaro 26 de out. de 2018	244 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC.	Centenas de pessoas ocuparam a Avenida Paulista em uma passeata pacífica contra a violência. Intitulada "O amor vence o ódio". A mobilização foi realizada por frentes evangélicas de São Paulo e outros estados, como o Rio de Janeiro. O objetivo é se opor ao presidente Jair Bolsonaro (PSL).
Um exército de mulheres: elas são arrimo de família mesmo sem renda fixa 30 de abr. de 2020	293 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Encerramento.	Distribuição das cestas básicas organizada pelo Lar Maria, Sininha conversou com algumas das mulheres beneficiadas.
Apoie o Nós, mulheres da periferia 8 de mai. de 2020	262 visualizações (no dia 27/07/2022)	Infográficos; Trilha sonora; GC; Encerramento.	Pedido de apoio para redação de comunicadoras negras e periféricas que produzem conteúdos sobre as consequências da Covid-19 nas periferias de SP e diversos outros assuntos.

“Bolsonaro não gosta de pobre, só de rico”, desabafa moradora da zona sul de SP 19 de mai. de 2020	6.808 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; Encerramento.	Um sábado de manhã. Uma senhora aguardava autorização para entrar na fila de doação de cestas básicas no bairro de Eldorado, zona sul da cidade de São Paulo. O nome dela não estava na lista e, por isso, as organizadoras pediram que esperasse alguns minutos até terem certeza de que haveria o suficiente. Foi o que ela fez, aguardou.
“Nunca dá pra respirar”: protesto em SP no dia 7 de junho 11 de jun. de 2020	77 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Encerramento.	Quase 10 mil pessoas se reuniram no Largo da Batata, zona oeste de São Paulo, no Ato “Vidas Negras Importam”, organizado pelos movimentos negros da capital paulista e torcidas organizadas.
ENTREGADORAS DE APPS EM SP <i>NÓS, MULHERES DA PERIFERIA</i> 30 de jun. de 2020	803 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento. Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento.	Acompanhamos durante alguns dias a rotina da entregadora de aplicativos Hannah. Ela mostra que ser entregadora e mulher coloca outros desafios diferentes dos homens. Não há lugar para fazer xixi, para trocar o absorvente e as chances de ser roubada são ainda maiores.
LIMPEZA DE CASA EM TEMPOS DE COVID-19 <i>NÓS, MULHERES DA PERIFERIA</i> 10 de jul. de 2020	198 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Encerramento.	Com o alto preços de itens de limpeza como álcool em gel e sabão, as mulheres da periferia estão improvisando fazendo seu próprio sabão e criando novos métodos de cuidado.

VOLTA ÀS AULAS EM SP: QUAIS SÃO AS PREOCUPAÇÕES DE MÃES E PROFESSORAS? <i>NÓS, MULHERES DA PERIFERIA</i> 22 de jul. de 2020	212 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento.	Volta às aulas presenciais na pandemia.
Trabalhadores da Saúde na linha de frente no combate à pandemia 28 de jul. de 2020	23 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento.	Profissionais da saúde na periferia
AUMENTO DO PREÇO DO ARROZ NA PERIFERIA <i>NÓS, MULHERES DA PERIFERIA</i> 18 de set. de 2020	36 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento.	Acompanhamos Isabelly Moreira na compra mensal no supermercado. Além do susto com o preço do arroz, Isabelly também fala do aumento do valor dos outros itens e como isso mexeu no bolso de sua família, que já sofre as consequências da pandemia.
Pais e educadores respondem: como falar sobre racismo com crianças? 21 de out. de 2020	702 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Imagens; Encerramento.	Racismo e infância
QUANDO SAI A VACINA CONTRA A COVID-19? <i>NÓS, MULHERES DA PERIFERIA</i> 30 de nov. de 2020	53 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Encerramento.	Vacina contra Covid-19
Eleições 2020 <i>Nós, mulheres da periferia</i> 30 de nov. de 2020	58 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Legenda; Encerramento.	<i>Nós, mulheres da periferia</i> conversou com três mulheres que se dedicaram ao processo eleitoral de 2020 em diferentes frentes.

O que esperarmos para 2021? 22 de dez. de 2020	67 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Imagens; Encerramento.	Especulações sobre 2021
Às mulheres que cuidaram de suas comunidades este ano: OBRIGADA 22 de dez. de 2020	69 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Off; Encerramento.	O que as mulheres contribuíram para a luta contra a pandemia.
Vacinadas: Nair Augusto Geremias 9 de mar. de 2021.	142 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista.	A dona de casa Nair Augusto Geremias, de 82 anos, conta um pouco de sua vida e como se sentiu após ser vacinada contra a Covid-19.
Raimunda Boaventura: ser cidadã é ter direito ao alimento e não ser discriminada 13 de mai. de 2021	94 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Off.	<i>O Nós, mulheres da periferia</i> entra no dia a dia da dona Raimunda Boaventura, moradora de Taboão da Serra, município da grande São Paulo, e mostra quais são os desafios para que a população negra alcance uma cidadania real.
Nós: um jeito de ver o mundo 30 de jul. de 2021	174 visualizações (no dia 27/07/2022)	Imagens; Legendas; Off; Manifesto; Encerramento.	Divulgação do veículo.
Mulheres negras e Jornalismo: um jeito de ver o mundo 30 de jul. de 2021	150 visualizações (no dia 27/07/2022)	Transmissão ao vivo - opinião do veículo; Entrevista; Legendas; GC; Encerramento.	Lançamento do novo posicionamento do Nós.

Priscila Obaci: “Criança é responsabilidade da mãe quando está no ventre, quando sai é de todos” 6 de ago. de 2021	127 visualizações (no dia 27/07/2022)	Vinheta; Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Imagens; Off; Encerramento.	A educadora Priscila Obaci, mãe de Melik e Bakari, conta os desafios de mães negras e da periferia para a construção de uma rede apoio.
Mãe, avó e filha: a rede de apoio entre mulheres da mesma família 6 de ago. de 2021	93 visualizações (no dia 27/07/2022)	Vinheta; Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Imagens; Off; Encerramento.	Este conteúdo integra a série “As mães que me criaram – rede de apoio e primeira infância nas periferias”, uma parceria do Nós com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
#2 Conversa de Quintal: Jornalismo Cultural 31 de ago. de 2021	104 visualizações (no dia 27/07/2022)	Transmissão ao vivo - jornalismo cultural; Entrevista; Legendas; GC; Encerramento.	#2 Conversa de Quintal com Didi Couto
Conversa de Quintal: nosso jeito de cobrir pautas internacionais 30 de set. de 2021	113 visualizações (no dia 27/07/2022)	Transmissão ao vivo - nosso jeito de cobrir pautas internacionais Entrevista; Legendas; GC; Encerramento.	#3 Conversa de Quintal: nosso jeito de cobrir pautas internacionais
POESIA DELAS: ENTREVISTA COM SUZI SOARES 8 de nov. de 2021	202 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Legendas; Imagem; Trilha sonora; GC; Encerramento.	Primeiro episódio da série de entrevistas "Poesia Delas: mulheres na literatura periférica". Aqui, vamos apresentar algumas das mulheres que fazem parte dessa história!
CONVERSA DE PORTÃO (PODCAST) - 54 A ANÁLISE POLÍTICA É PLURAL NO BRASIL? 9 de nov. de 2021	18 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Encerramento.	Conversa de Portão se juntou com a Fundação Rosa Luxemburgo para trazer mulheres negras comentando sobre política!

Conheça o livro "Vão: marretas e outras histórias" de Jéssica Moreira!	24 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Encerramento.	Jéssica Moreira, cofundadora e jornalista do <i>Nós, mulheres da periferia</i> , está lançando o seu primeiro livro autoral!
POESIA DELAS: ENTREVISTA COM ROSE DÓREA 15 de nov. de 2021	201 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Trilha sonora; Legenda; Imagem; Off; Encerramento.	Segundo episódio da série de entrevistas "Poesia Delas: mulheres na literatura periférica".
POESIA DELAS: ENTREVISTA COM ELIZANDRA SOUZA 22 de nov. de 2021	139 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Trilha sonora; Legenda; Imagem; Off; Encerramento.	Terceiro episódio da série de entrevistas "Poesia Delas: mulheres na literatura periférica". Aqui, vamos apresentar algumas das mulheres que fazem parte dessa história!
POESIA DELAS: ENTREVISTA COM ÉRICA PEÇANHA DO NASCIMENTO 29 de nov. de 2021	72 visualizações (no dia 27/07/2022)	Trilha sonora; GC; Entrevista; Encerramento.	Produção literária na periferia
O Valor da Escola: a importância da escola em várias fases da vida 24 de dez. de 2021.	24 visualizações (no dia 27/07/2022)	Trilha sonora; GC; Entrevista; Encerramento.	O papel da escola
POESIA DELAS: JENYFFER NASCIMENTO 14 de jan. de 2022	185 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Trilha sonora; Legenda; Imagem; Off; Encerramento.	Quarto episódio da série de entrevistas "Poesia Delas: mulheres na literatura periférica". Aqui, vamos apresentar algumas das mulheres que fazem parte dessa história!

Fonte: elaboração da autora.

Com base no primeiro contato com o objeto empírico e na observação dos dados sistematizados nas tabelas 1 e 2, pudemos passar, como apontado anteriormente, à construção de um *corpus* analítico mais bem delimitado e significativo para as análises propostas neste trabalho. No subitem a seguir, passamos à caracterização desse material.

4.1. Caracterização do *corpus* analítico

Como apontamos no início deste capítulo, o *corpus* de pesquisa é composto por matérias veiculadas pelo *Jornal Nacional* e disponibilizadas no canal no YouTube do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, no intervalo de um ano, compreendido entre junho de 2020 e maio de 2021, período escolhido por corresponder ao auge da pandemia da Covid-19, marcado pela intensificação da vulnerabilidade das mulheres diante da situação de confinamento.

Por meio dos filtros disponíveis na plataforma de *streaming* Globoplay, utilizados para a localização de matérias do *Jornal Nacional*, e de uma seleção manual dos vídeos disponíveis no canal do *Nós* no YouTube, chegamos a um conjunto de 36 materiais audiovisuais – sendo 30 reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* e 6 vídeos do *Nós, mulheres da periferia* – que compõem nosso *corpus* de análise. As tabelas 3 e 4, a seguir, apresentam uma tabulação das características básicas (data de publicação/veiculação; estrutura narrativa; temas principais; e, no caso dos vídeos do *Nós*, número de visualizações) desse conjunto de peças audiovisuais. Cabe observar, considerando-se os critérios adotados para a construção do *corpus*, que a Tabela 3, que reúne as reportagens do *Jornal Nacional*, que integram o *corpus* analítico, apresenta um conjunto de matérias inteiramente distinto daquele apresentado na Tabela 1, que diz respeito ao mapeamento preliminar realizado nesta pesquisa; já a Tabela 4, que reúne as reportagens do *Nós* que integram o *corpus* analítico, corresponde a um recorte do conjunto de vídeos identificado a partir de nossos mapeamentos preliminares e apresentado na Tabela 2.

Tabela 3 – Reportagens do *Jornal Nacional* que integram o *corpus* analítico da pesquisa

Jornal Nacional		
Título e data de publicação	Estrutura narrativa	Tema(s) principal(is)
Tandara consegue na justiça vitória pelos direitos das mulheres no esporte 18 jun. 2020	Off; Chamada.	Quando estava grávida, Praia Clube não renovou o contrato de imagem da jogadora de vôlei. TST considerou que a prática foi fraudulenta.
Polícia do Rio prende suspeito de ter assassinado a mulher 3 jul 2020	Off; Entrevista; Passagem.	A arquiteta Thayane Nunes da Silva, de 28 anos, foi estrangulada na residência do casal. Investigadores consideram vídeo publicado por Gilson Santos Pinto em rede social como uma confissão.
Polícia resgata mulher mantida em cárcere privado pelo marido no Rio 9 jul 2020	Off; Entrevista; Passagem.	Foram oito anos de agressões físicas e psicológicas. Vítima escreveu bilhete de socorro que chegou à Delegacia de Atendimento à Mulher, em Campo Grande, na zona oeste do Rio.
Menina de dez anos engravida após ser estuprada no Espírito Santo 15 ago 2020	Off; Entrevista; Passagem.	A Justiça decretou a prisão do tio da menina, mas o homem, de 33 anos, está foragido. A criança contou que o tio começou a praticar os abusos quando ela tinha seis anos de idade e fazia ameaças.
Menina estuprada e que engravidou tem alta no Recife 19 ago 2020	Nota.	Ela fez procedimento legal para interromper a gravidez.
Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos, diz Ipea 7 set 2020	Off; Entrevista; Passagem.	O impacto da pandemia na geração de empregos atingiu com mais força as trabalhadoras. Tem mais mulheres sem emprego do que trabalhando.
Homem que matou duas mulheres segue foragido 15 out 2020	Nota; Off; Imagem.	Luís Felipe Oliveira esfaqueou a ex-namorada e a mãe dela.
Mulher atacada por assaltante conheceu hoje o homem que ajudou a salvá-la 20 out 2020	Off; Entrevista; Imagem; Gravação de ligação policial.	Motorista de aplicativo foi deixada desacordada no acostamento de uma rodovia do Paraná.

Horas antes do último debate, Trump ataca jornalista que vai mediar confronto com Biden 22 out 2020	Nota; Passagem.	Em uma rede social, o presidente americano criticou a jornalista Kristen Welker, da rede de televisão americana NBC. Será a primeira mulher negra a comandar um debate presidencial nos EUA desde 1992.
A embaixadora filipina flagrada batendo na empregada terá que voltar para o país 26 out 2020	Nota; Imagem.	O governo filipino mandou Marichu Mauro deixar o Brasil imediatamente. As ações dela serão investigadas pela justiça daquele país.
Caso Mariana Ferrer: ataques durante julgamento sobre estupro provocam indignação 3 nov 2020	Off; Imagens; Entrevistas; Passagem; Trechos do julgamento.	O tratamento recebido pela jovem durante o julgamento do homem que ela acusou de estupro em Santa Catarina provocou reação do Conselho Nacional de Justiça e críticas de ministros de tribunais superiores.
A luta das mulheres para votar vem de longe 12 nov 2020	Off; Imagens; Entrevistas; Passagem.	Um direito que custou muita briga às feministas de antigamente.
Polícia investiga ataques racistas contra vereadora negra eleita em Joinville (SC) 19 nov 2020	Off; Imagens; Entrevistas; Passagem.	Publicações foram feitas por um perfil anônimo de rede social.
Primeira negra eleita vereadora de Curitiba vai levar à polícia mensagens racistas contra ela 20 nov 2020	Off; Imagens; Entrevistas; Passagem.	Muitas mensagens estavam em perfis falsos que já apagaram as ofensas, mas Carol Dartora vai reunir as que sobraram e procurar a Justiça. Ela quer punição para os autores, inclusive para os que se esconderam no anonimato das redes.
Juíza é assassinada a facadas pelo ex-marido na frente das filhas, no Rio 25 dez 2020	Off; Imagens; Nota; Passagem.	O crime aconteceu na Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio, em frente a um centro comercial que estava fechado e sem nenhum movimento. O homem está em prisão preventiva.
Mulher é assassinada na frente de parentes, em Jaraguá do Sul (SC) 25 dez 2020	Nota; Imagem.	Thalia Ferraz, de 23 anos, estava em casa quando foi baleada. O suspeito é um ex-companheiro dela.

Presidente do STJ lamenta crimes de feminicídio 25 dez 2020	Nota.	Em nota, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, lamentou os crimes de feminicídio da juíza Viviane Arronzenzi, no Rio, e de Thalia Ferraz, em Santa Catarina. Ele disse que a violência contra as mulheres não distingue faixas etárias, condição econômica ou classes sociais, e é uma triste realidade que precisa ser enfrentada por todos.
Polícia do Paraná procura por suspeito de feminicídio 26 dez 2020	Nota; Imagem.	Evelaine Aparecida Ricardo, de 29 anos, foi morta pelo namorado, segundo família da vítima.
Foi preso o homem que matou a ex-companheira a tiros em Jaraguá do Sul, SC 28 dez 2020	Nota; Imagem.	Paulo Hening, 42, matou Thalya Ferraz, 23, em frente à família, na noite de Natal.
Homem que matou esposa a facadas em Três Corações, MG, é preso 29 dez 2020	Nota; Imagem.	Thiago da Silva Miranda assassinou Camila Miranda Bandeira na frente das quatro filhas
Mulher é morta a facadas pelo marido no Rio 30 dez 2020	Nota; Imagem.	Roberta Pedro tinha 26 anos. O marido, Paulo Soares, confessou o crime e disse que não aceitava o fim do relacionamento.
A polícia de Lages, SC, procura Patrick Luiz de Abila Baccin por duplo feminicídio 31 dez 2020	Nota; Imagem.	Ele é suspeito de esfaquear e matar a mãe e a irmã.
Comerciante acusado de abuso sexual já responde a processo de estupro 31 dez 2020	Off; Entrevista; Passagem.	Já são mais de 50 relatos de mulheres que dizem ter sido vítimas de abuso e estupro pelo comerciante.
A polícia de Santa Catarina prendeu o homem acusado de matar a facadas a mãe e a irmã 1 jan 2021	Nota; Imagem.	Por ter problemas psiquiátricos, ele foi autuado por duplo homicídio triplamente qualificado e não por feminicídio.

Caso da princesa dos Emirados Árabes Unidos mantida em cativeiro pelo pai vai parar na ONU 17 fev 2021	Off; Imagem; Passagem.	Latifa, filha de Mohammed Bin Rashid al-Maktoum, emir de Dubai e vice-presidente dos Emirados Árabes Unidos, fez a denúncia através de um vídeo.
Moradora de Teresina realiza sonho de ter um banheiro em casa aos 59 anos 8 mar. 2019	Off; Entrevista.	Dona Francisca apareceu numa reportagem do <i>Jornal Nacional</i> em dezembro de 2018. Casal do Rio de Janeiro resolveu ajudar.
Dia internacional da mulher tem manifestações em vários lugares do mundo 8 mar. 2021	Passagem; Off; Gráfico.	Governo brasileiro se recusa a assinar resolução para proteger a saúde das mulheres.
50 mil mulheres pediram medidas protetivas contra violência doméstica em São Paulo, em 2020 13 mar 2021	Passagem; Off; Gráfico; Entrevista.	Esse número representa um aumento de 73% em relação a 2018.
Morador é flagrado ofendendo e ameaçando porteira de prédio em Goiânia 19 abr 2021	Off; Entrevista; Passagem.	O caso foi registrado como injúria racial e ameaça. Agentes da Polícia Civil foram até o prédio para intimar o morador, que não foi encontrado.
Caso Tatiane Spitzner: julgamento de Luis Felipe Manvailer entra no 5º dia 8 mai 2021	Off; Entrevista; Passagem; Imagem.	No Paraná, está chegando ao fim o julgamento do biólogo acusado de matar a mulher, a advogada Tatiane Spitzner.

Fonte: elaboração da autora.

Tabela 4 – Vídeos do *Nós, mulheres da periferia* que integram o *corpus* analítico da pesquisa

Nós, mulheres da periferia			
Título e data de publicação	Número de visualizações (na data de acesso)	Estrutura narrativa	Tema(s) principal(is)
“Nunca dá pra respirar”: protesto em SP no dia 7 de junho 11 de jun. de 2020	77 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Encerramento.	Quase 10 mil pessoas se reuniram no Largo da Batata, zona oeste de São Paulo, no Ato “Vidas Negras Importam”, organizado pelos movimentos negros da capital paulista e torcidas organizadas.
ENTREGADORAS DE APPS EM SP NÓS, MULHERES DA PERIFERIA 30 de jun. de 2020	803 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento. Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento.	Acompanhamos durante alguns dias a rotina da entregadora de aplicativos Hannah. Ela mostra que ser entregadora e mulher coloca outros desafios diferentes dos homens. Não há lugar para fazer xixi, para trocar o absorvente e as chances de ser roubada são ainda maiores.
Trabalhadores da Saúde na linha de frente no combate à pandemia 28 de jul. de 2020	23 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Encerramento.	Profissionais da saúde na periferia
Pais e educadores respondem: como falar sobre racismo com crianças? 21 de out. de 2020	702 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Trilha sonora; GC; Legenda; Imagens; Encerramento.	Racismo e infância.
Eleições 2020 Nós, mulheres da periferia 30 de nov. de 2020	58 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; GC; Legenda; Encerramento.	<i>Nós, mulheres da periferia</i> conversou com três mulheres que se dedicaram ao processo eleitoral de 2020 em diferentes frentes.

Raimunda Boaventura: ser cidadã é ter direito ao alimento e não ser discriminada 13 de mai. de 2021	94 visualizações (no dia 27/07/2022)	Entrevista; Off.	O <i>Nós, mulheres da periferia</i> entra no dia a dia da dona Raimunda Boaventura, moradora de Taboão da Serra, município da grande São Paulo, e mostra quais são os desafios para que a população negra alcance uma cidadania real.
--	---	---------------------	---

Fonte: elaboração da autora.

Tendo sido tabulados os materiais audiovisuais que compõem o *corpus* analítico da pesquisa, passaremos, na próxima seção do trabalho, à apresentação da análise das reportagens/vídeos do *Jornal Nacional* e do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, procedimento para o qual, como veremos será fundamental o conceito de *modo de endereçamento* conforme proposto por Gomes (2011) como parte de sua metodologia para a análise do telejornalismo.

4.2. Análise dos materiais audiovisuais do *corpus*: modos de endereçamento

Este trabalho adota, como construto teórico-metodológico central às análises propostas, o conceito de “modo de endereçamento”, considerado a partir dos estudos televisivos e, em especial, do trabalho de Gomes (2011), que permite compreender as práticas de recepção solicitadas em produtos jornalísticos audiovisuais por meio de aspectos estilísticos singulares.

Diante da relação de interdependência entre enunciador e enunciatário, o conceito de modo de endereçamento diz respeito a uma “orientação para o receptor” (GOMES, 2011, p. 37) e determina o “apelo” que os programas lançam em direção às suas audiências (HARTLEY, 2001). É, portanto, a partir de uma dupla visada – enquanto orientação para a recepção e enquanto especificidade estilística –, que os modos de endereçamento em vídeos do canal *Nós, mulheres da periferia* no YouTube são examinados neste trabalho.

Ao mesmo tempo, o apelo do modo de endereçamento deve ser entendido também em sua força produtora de subjetividades, já que “o discurso também produz um *lugar para o sujeito* (ou seja, o leitor ou espectador, que também está “sujeito” ao discurso), onde seus significados e entendimentos específicos fazem sentido”, de

modo que os/as espectadores/as precisam se “colocar na *posição* a partir da qual o discurso faz mais sentido, virando então seus ‘sujeitos’” (HALL, 2016, p. 100, grifos do autor).

A fim de viabilizar o exame dos modos de endereçamento em reportagens/vídeos do *Jornal Nacional* e do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, partimos dos operadores analíticos descritos por Gomes (2011) para o estudo do telejornalismo, a saber:

- (a) Mediador/a, que, segundo Gomes (2011), confere identidade a cada diferente produto no jornalismo audiovisual. Nesse sentido, interessa-nos identificar quem são os/as repórteres que aparecem nas reportagens/vídeos, bem como eles/as se posicionam ao longo da condução das matérias.
- (b) Contexto comunicativo, que diz respeito aos “modos como os emissores se apresentam, como representam seus receptores e como situam uns e outros em uma situação comunicativa concreta” (GOMES, 2011, p. 39). Dessa forma, é fundamental considerar as particularidades e diferenças entre os contextos comunicativos mobilizados no caso da produção dos dois veículos jornalísticos em foco nesta pesquisa: de um lado, o contexto da comunicação de massa e da televisão aberta (*Jornal Nacional*); de outro, o contexto da comunicação altamente segmentada na internet, materializada em redes sociais e plataformas digitais, com um viés de cobertura hiperlocal (*Nós, mulheres da periferia*).
- (c) Pacto sobre o papel do jornalismo, que diz respeito à forma como produtos específicos atualizam premissas, valores, convenções e normas do campo jornalístico, que se fazem perceber de forma explícita ou implícita, por meio de recursos verbais e/ou escolhas técnicas de imagem e som (GOMES, 2011). Nesse caso, é fundamental considerar a forma como discursos estruturantes do campo jornalísticos materializam-se, por um lado, em um veículo tradicional, responsável inclusive por definir tendências e características do telejornalismo brasileiro (caso do *Jornal Nacional*); e, por outro lado, são atualizados a partir do reconhecimento quanto às singularidades das experiências dos/as sujeitos/as sociais formados/as na

intersecção de marcadores de gênero, raça, classe e território (caso do *Nós, mulheres da periferia*).

- (d) Organização temática, que diz respeito não somente aos temas das pautas abordadas nas reportagens/vídeos, mas também a “angulação” ou “enfoque” que definem o tratamento conferido a esses temas. Desse modo, interessamos observar quem são as fontes entrevistadas na construção das matérias, como suas vozes são incorporadas às narrativas jornalísticas, que outros dados são utilizados, se há presença de estereótipos na construção das narrativas, se reforçam-se ou contestam-se visibilidades hegemônicas etc. Com isso, esperamos observar de que modo marcadores de gênero orientam – e se orientam – a arquitetura da organização temática no conjunto das reportagens/vídeos analisados.

Com base nesses quatro operadores analíticos, que serão considerados a partir de modulações adequadas às especificidades inerentes ao objeto empírico em foco, esperamos compreender de que forma marcadores de gênero operam (e se operam) como fatores de conformação dos modos pelos quais as reportagens/vídeos analisadas posicionam-se em relação às suas audiências, constroem situações comunicativas específicas, atualizam/materializam premissas e valores fundamentais do jornalismo e abordam a temática das violências contra a mulher. Ao mesmo tempo, acreditamos que o exame do objeto empírico em foco permita a proposição de questões e hipóteses significativas sobre aproximações e diferenças nas características presentes no telejornalismo de referência e no jornalismo audiovisual de coletivos periféricos.

4.2.1. *Jornal Nacional*

Para a análise do *Jornal Nacional*, dado o extenso volume de matérias localizadas com base nos critérios de composição do *corpus* – volume esse, inclusive, muito maior do que o número de vídeos localizados com base nos mesmos critérios para o coletivo *Nós, mulheres da periferia* –, selecionamos, a fim de ser possível apresentar uma análise detida e individualizada dos modos de endereçamento em cada material, um conjunto de 6 reportagens escolhidas aleatoriamente no conjunto do *corpus*.

Dessa forma, as reportagens do *Jornal Nacional* que analisaremos de forma individualizada neste subitem em função da materialização dos modos de endereçamento serão as seguintes:

- (1) Mulher é assassinada na frente de parentes, em Jaraguá do Sul (SC) (25 de dez. 2020).
- (2) Foi preso o homem que matou a ex-companheira a tiros em Jaraguá do Sul, SC (28 dez. 2020).
- (3) 50 mil mulheres pediram medidas protetivas contra violência doméstica em São Paulo, em 2020 (13 mar. 2021).
- (4) Morador é flagrado ofendendo e ameaçando porteira de prédio em Goiânia (19 abr. 2021).
- (5) Caso Tatiane Spitzner: julgamento de Luis Felipe Manvailer entra no 5º (8 mai. 2021).
- (6) Presidente do STJ lamenta crimes de feminicídio (25 dez. 2020).

Passaremos, agora, à caracterização dos quatro operadores analíticos que, conforme apontamos, serão considerados para o exame dos modos de endereçamento nas reportagens do *Jornal Nacional*:

- **Reportagem 1: Mulher é assassinada na frente de parentes, em Jaraguá do Sul (SC) (25 de dez. 2020)**

a) Mediador(a)

Âncora do jornal nacional na data de exibição. Não há presença de repórter.

b) Contexto comunicativo

Contexto comunicativo típico do telejornalismo de referência, baseado no direcionamento para um espectador presumido como representado potencialmente por todo e qualquer cidadão brasileiro, situado em qualquer localidade do Brasil. Como se trata de uma nota de rápida duração, não há presença de repórter e/ou entrevistados.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

No caso desta reportagem, não há interação direta com a fonte, por se tratar de uma nota, ou seja, uma rápida notícia. Da mesma forma, mostra-se com clareza o pacto sobre o papel do jornalismo prevalente no telejornalismo de referência, marcado pelas premissas de objetividade, impessoalidade e distanciamento em relação a fontes e espectadores/as.

d) Organização temática

Trata-se de uma breve narrativa que denuncia um caso de feminicídio, conforme estrutura recorrente em notas sobre crimes violentos (ênfase nas circunstância cruéis da morte).

- **Reportagem 2: Foi preso o homem que matou a ex-companheira a tiros em Jaraguá do Sul, SC (28 dez. 2020)**

a) Mediador(a)

Âncora do jornal nacional na data de exibição. Não há presença de repórteres.

b) Contexto comunicativo

Contexto comunicativo típico do telejornalismo de referência, baseado no direcionamento para um espectador presumido como representado potencialmente por todo e qualquer cidadão brasileiro, situado em qualquer localidade do Brasil. Como se trata de uma nota de rápida duração, não há presença de repórter e/ou entrevistados.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

No caso desta reportagem, não há interação direta com a fonte, por se tratar de uma nota, ou seja, uma rápida notícia. Da mesma forma, mostra-se com clareza o pacto sobre o papel do jornalismo prevalente no telejornalismo de referência, marcado pelas premissas de objetividade, impessoalidade e distanciamento em relação a fontes e espectadores/as.

d) Organização temática

Trata-se de uma notícia sobre a prisão de um culpado por crime de feminicídio (no caso, o mesmo feminicídio tratado na Reportagem 1, já analisada).

- **Reportagem 3: 50 mil mulheres pediram medidas protetivas contra violência doméstica em São Paulo, em 2020 (13 mar. 2021)**

a) Mediador(a)

Âncora do jornal nacional na data; jornalista mediador de entrevistas (no caso, uma mulher, a repórter Bruna Vieira).

b) Contexto comunicativo

Contexto comunicativo típico do telejornalismo de referência, baseado no direcionamento para um espectador presumido como representado potencialmente por todo e qualquer cidadão brasileiro, situado em qualquer localidade do Brasil. Neste caso, a reportagem apresenta entrevistas com fontes (todas elas mulheres vítimas de violência doméstica) cujas identidades foram protegidas, isto é, as fontes são apresentadas mediante borramento de sua imagem e modificação de sua voz para preservar sua integridade.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

Novamente, aqui, mostra-se com clareza o pacto sobre o papel do jornalismo prevalente no telejornalismo de referência, marcado pelas premissas de objetividade, impessoalidade e distanciamento em relação a fontes e espectadores/as. Porém, diferentemente das reportagens 1 e 2 do *Jornal Nacional*, neste caso há interação com fontes (vítimas de violência doméstica), mediada por uma repórter (mulher), o que sugere maior preocupação em humanizar a abordagem da temática da violência contra a mulher.

d) Organização temática

Mantém um formato padrão jornalístico do começo ao fim - dados mais importantes primeiro; informações complementares, depois. A narrativa se baseia na apresentação de depoimentos de fontes (vítimas), combinados a dados estatísticos

(apresentados por meio de gráficos projetados na reportagem) e fontes especializadas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que parece haver a preocupação em humanizar as vítimas, há também a preocupação em combinar os relatos a dados/estatísticas de caráter abrangente, mostrando que o foco principal da narrativa está na quantidade de mulheres que pedem medidas protetivas, e não em histórias específicas. Da mesma forma, chama a atenção a ausência de preocupação em mostrar o atravessamento da violência de gênero por questões de raça e classe, já que as vítimas, além de não serem identificadas, não têm seu contexto social caracterizado.

- **Reportagem 4: Morador é flagrado ofendendo e ameaçando porteira de prédio em Goiânia (19 abr. 2021)**

a) Mediador(a)

Âncora do jornal nacional na data; jornalista mediador de entrevistas (no caso, um homem, o repórter Honório Jacometo).

b) Contexto comunicativo

Contexto comunicativo similar ao da Reportagem 3. Dentro da mobilização de contexto comunicativo típico do telejornalismo de referência, baseado no direcionamento para um espectador presumido como representado potencialmente por todo e qualquer cidadão brasileiro, situado em qualquer localidade do Brasil, a reportagem apresenta entrevistas com fontes cujas identidades foram protegidas, isto é, as fontes são apresentadas mediante borramento de sua imagem e modificação de sua voz para preservar sua integridade.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

Mais uma vez, vemos com clareza o pacto sobre o papel do jornalismo prevalente no telejornalismo de referência, marcado pelas premissas de objetividade, impessoalidade e distanciamento em relação a fontes e espectadores/as. Há interação com fontes (vítimas de violência doméstica), mediada por um repórter (homem), o que sugere alguma preocupação em humanizar a abordagem da temática da violência contra a mulher.

d) Organização temática

Mantém um formato padrão jornalístico do começo ao fim - dados mais importantes primeiro; informações complementares, depois. A narrativa se baseia na apresentação de depoimentos de fontes, combinados a dados estatísticos e fontes especializadas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que parece haver a preocupação em humanizar as vítimas, há também a preocupação em combinar os relatos a dados/estatísticas de caráter abrangente.

- **Reportagem 5: Caso Tatiane Spitzner: julgamento de Luis Felipe Manvailer entra no 5º dia (8 mai. 2021)**

a) Mediador(a)

Âncora do jornal nacional na data. Não há presença de repórteres.

b) Contexto comunicativo

Dentro da mobilização de contexto comunicativo típico do telejornalismo de referência, baseado no direcionamento para um espectador presumido como representado potencialmente por todo e qualquer cidadão brasileiro, situado em qualquer localidade do Brasil, a reportagem apresenta *offs* e filmagens da vítima e do suspeito no dia do crime.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

Mais uma vez, vemos com clareza o pacto sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência, marcado pelas premissas de objetividade, impessoalidade e distanciamento em relação a fontes e espectadores/as. Há imagens da vítima de violência doméstica, narrada por um repórter (homem), o que sugere alguma preocupação em humanizar a abordagem da temática da violência contra a mulher.

d) Organização temática

Mantém um formato padrão jornalístico do começo ao fim – dados mais importantes primeiro; informações complementares, depois. A narrativa se baseia na apresentação de câmeras de segurança, narrativa e explicação de um caso que havia sido noticiado há anos. Nesse sentido, há também a preocupação em combinar os

relatos a dados/estatísticas de caráter abrangente.

- **Reportagem 6: Presidente do STJ lamenta crimes de feminicídio (25 dez. 2020).**

a) Mediador(a)

Âncora do jornal nacional na data. Não há presença de repórteres.

b) Contexto comunicativo

Dentro da mobilização de contexto comunicativo típico do telejornalismo de referência, baseado no direcionamento para um espectador presumido como representado potencialmente por todo e qualquer cidadão brasileiro, situado em qualquer localidade do Brasil, a reportagem apresenta a leitura de uma nota emitida por um órgão oficial, neste caso, o Presidente do STJ.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

Mais uma vez, vemos com clareza o pacto sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência, marcado pelas premissas de objetividade, mostra a visão do STJ, mas não aprofunda as informações por não haver necessidade. A declaração interina foi o suficiente.

d) Organização temática

Mantém um formato padrão jornalístico do começo ao fim – dados mais importantes primeiro; informações complementares, depois. A narrativa se baseia nas aspas emitidas pela fonte e reportadas pela repórter de modo jornalístico.

4.2.2. *Nós, mulheres da periferia*

Passaremos agora à apresentação das observações realizadas para cada operador analítico mobilizado para a identificação dos modos de endereçamento em vídeos do coletivo coletivo *Nós, mulheres da periferia* em seu canal no YouTube. Para isso, serão considerados os seguintes vídeos:

- (1) “Nunca dá pra respirar”: protesto em SP no dia 7 de junho (11 de jun. de 2020);

- (2) ENTREGADORAS DE APPS EM SP (30 de jun. de 2020);
- (3) Trabalhadores da Saúde na linha de frente no combate à pandemia (28 de jul. de 2020);
- (4) Pais e educadores respondem: como falar sobre racismo com crianças? (21 de out. de 2020);
- (5) Eleições 2020 (30 de nov. de 2020);
- (6) Raimunda Boaventura: Ser cidadã é ter direito ao alimento e não ser discriminada (13 de mai. de 2021).

Passaremos, agora, à análise individualizada de cada um dos 6 vídeos.

- **Vídeo 1: “Nunca dá pra respirar”: protesto em SP no dia 7 de junho (11 de jun. de 2020)**

a) Mediador(a)

Mesmo que seja possível subentender que a repórter é parte da periferia, devido aos compromissos editoriais do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, a profissional jornalista não aparece no vídeo e, tampouco, sua fala.

b) Contexto comunicativo

É uma reportagem feita para internet, de curta extensão, com uso de vinheta e elementos gráficos simples. No caso deste vídeo, não se trata apenas de uma reivindicação a mulheres cis, mas também a mulheres trans; quem é entrevistado fala direto ao veículo periférico, deixando suas aspas em evidência. Nesse sentido, o contexto comunicativo sugere maior aproximação entre fontes e audiência, que, em ambos os casos, são caracterizadas a partir de marcadores sociais específicos (gênero, raça, classe, território), o que marca um distanciamento significativo em relação ao telejornalismo de referência.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

No caso desta reportagem, é possível verificar uma negociação em relação às premissas do pacto sobre o papel do jornalismo mobilizado no telejornalismo de referência. Isso porque, por um lado, a estrutura narrativa reproduz convenções típicas

dos telejornais tradicionais, como a busca por uma narração impessoal, o que é evidenciado pelo uso de tempos e pessoas verbais, bem como pela valorização de dados e pela angulação da pauta, que valoriza um acontecimento (no caso, um protesto de rua) que poderia ser coberto pelo jornalismo *hard news* tradicional; por outro lado, há algumas rupturas em relação ao pacto sobre o papel do jornalismo em telejornais de referência pelo fato de as fontes falarem direto aos/às espectadores/as, assim como pelo fato de o lugar social (gênero, classe, raça, território) ser fundamental tanto à escolha dos/as entrevistados/as, quanto à construção do/a espectador/a presumido/a.

d) Organização temática

A abordagem do protesto, que tinha como foco principal a defesa de vidas negras e periféricas, a partir da repercussão internacional do assassinato de George Floyd por um policial nos Estados Unidos, foi se desdobrando em personagens importantes do Brasil contemporâneo. Falou-se em Marielle Franco (socióloga e política) e Fran Demétrio (primeira professora trans negra da UFRB). Ambas morreram e seus assassinatos foram lembrados no protesto. Nesse sentido, o fato de a reportagem abordar dados pontuais do protesto, como as homenagens às personalidades citadas, que se tornam relevantes para a cobertura do *Nós*, por permitirem a discussão da violência em chave interseccional, parece-nos um diferencial em relação ao telejornalismo de referência. Por outro lado, a organização é linear e contínua, isto é: primeiro se ouve uma fonte falando de determinado personagem, depois segue para outro, sem retormar aquilo que já foi falado.

- **Vídeo 2: ENTREGADORAS DE APPS EM SP (30 de jun. de 2020)**

a) Mediador(a)

Mesmo que seja possível subentender que a repórter é parte da periferia, devido aos compromissos editoriais do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, a profissional jornalista não aparece no vídeo e, tampouco, sua fala.

b) Contexto comunicativo

Por se tratar de uma reportagem para internet, o tempo de duração é menor

do que o comumente observado em reportagens do telejornalismo de referência. O vídeo, que tem 7'19", conta com fontes periféricas (todas mulheres) que trabalham como entregadoras de aplicativo, em um formato "vlog" que consiste em filmar a sua rotina e a si próprio. Nesse sentido, não se trata de uma reportagem em formato convencional. Temos um contexto comunicativo que sugere maior aproximação entre fontes e audiência, que, em ambos os casos, são caracterizadas a partir de marcadores sociais específicos (gênero, raça, classe, território), o que marca um distanciamento significativo em relação ao telejornalismo de referência.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

O vídeo propõe visibilizar a rotina de entregadoras de aplicativo, não havendo de fato perguntas ou aspas, porque as próprias fontes fazem esse tipo de narração. Temos, portanto, uma atualização em relação a premissas sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência, já que a narrativa propõe construir maior efeito de sentido de aproximação entre fontes e espectadoras. Por outro lado, a preocupação com a objetividade e impessoalidade, típica do pacto sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência, parece permear a produção, especialmente por meio da apresentação de informações escritas na tela durante toda a duração do vídeo.

d) Organização temática

A organização temática valoriza a articulação entre objetividade (informações escritas sobre a tela) e subjetividade (relatos de entregadoras que narram seu dia a dia). Há, nesse sentido, a visibilização de histórias singulares de mulheres periféricas, cujas violências e violações sofridas comportam maior expansão temática em relação às narrativas sobre violência doméstica ou feminicídio do telejornalismo de referência. Marcadores de gênero e suas interseccionalidades (especialmente, classe social e território) são importantes elementos de tratamento temático, já que a escolha das fontes e a montagem do vídeo priorizam as especificidades das violações e dificuldades sofridas por mulheres entregadoras (em relação às dificuldades enfrentadas por homens entregadores) que residem em localidades periféricas.

- **Vídeo 3: Trabalhadores da Saúde na linha de frente no combate à pandemia (28 de jul. de 2020)**

a) Mediador(a)

Mesmo que seja possível subentender que a repórter é parte da periferia, devido aos compromissos editoriais do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, a profissional jornalista não aparece no vídeo e, tampouco, sua fala.

b) Contexto comunicativo

É uma reportagem feita para internet, de curta extensão, com uso de vinheta e elementos gráficos simples. No caso deste vídeo, observa-se um caráter mais amador no que diz respeito à captação de imagens e montagem, uma vez que não há filmagens das fontes, mas sim, suas imagens (fotos) seguidas de áudios de entrevistas; trata-se de um dado importante na medida em que permite entrever o contexto de produção relativamente precário, do ponto de vista tecnológico e de recursos financeiros, do jornalismo periférico, agravado também pela necessidade de isolamento social decorrente da pandemia – contexto este, entretanto, que não depõe contra a relevância e pertinência da produção, já que o que importa, nesse tipo de conteúdo, é a possibilidade de diálogo mais próximo entre veículo, fontes e audiência.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

O vídeo parece atualizar premissas do pacto sobre o papel do jornalismo típicas do jornalismo de referência e, em especial, do radiojornalismo, com a busca por concisão e uso da totalidade de seu tempo para apresentação de depoimentos em áudio. Ao mesmo tempo, a combinação dos áudios com imagens estáticas sugere uma adaptação própria para o contexto de internet/redes sociais, assim como a angulação da pauta e a escolha das fontes, guiadas pela discussão de questões de gênero, classe social e território, que evidenciam os compromissos editoriais de um coletivo periférico como o *Nós*.

d) Organização temática

A organização temática do vídeo valoriza os depoimentos de trabalhadoras da saúde na pandemia e sua rotina exaustiva nos hospitais e postos de saúde. Mas também retrata depoimentos de pacientes e suas questões de higiene, mostrando, assim, não só a rotina de um agente de saúde, mas os problemas sanitários da

população como um todo, escolha que se aproxima de estrutura narrativa recorrente em telejornais de referência, que se preocupam em mostrar “todos os lados” de uma questão ou problemática social.

- **Vídeo 4: Pais e educadores respondem: como falar sobre racismo com crianças? (21 de out. de 2020)**

a) Mediador(a)

Mesmo que seja possível subentender que a repórter é parte da periferia, devido aos compromissos editoriais do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, a profissional jornalista não aparece no vídeo e, tampouco, sua fala.

b) Contexto comunicativo

Por se tratar de uma reportagem para internet, o tempo de duração é menor do que o comumente observado em reportagens do telejornalismo de referência. O vídeo, que tem 8'07", conta com fontes periféricas representadas por pais e profissionais da educação que falam sobre o racismo. O vídeo é uma reportagem produzida de modo 100% *on-line* (ou seja, suas fontes não respondem ao veículo de maneira presencial), o que evidencia a mobilização de um contexto comunicativo próprio do jornalismo periférico, marcado por certa precariedade em termos de estrutura de produção (intensificada no contexto de pandemia da Covid-19) e pela construção de um efeito de sentido de maior proximidade entre veículo, fontes e espectadores/as.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

Novamente, aqui, observamos uma atualização em relação a premissas sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência, já que a narrativa propõe construir maior efeito de sentido de aproximação entre fontes e espectadores/as. Por outro lado, a preocupação com a objetividade e impessoalidade, típica do pacto sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência, parece permear a produção, especialmente por meio da apresentação de informações escritas na tela durante toda a duração do vídeo.

d) Organização temática

A organização temática valoriza a discussão quanto aos desafios enfrentados por pais e mães de crianças negras que precisam lidar com o racismo. Neste caso, os temas casa-escola-sociedade vão se alternando conforme o vídeo avança. Valorizam-se relatos das fontes (pais e educadores), cujas vozes intercalam-se no vídeo, em uma angulação que dificilmente encontraríamos no telejornalismo de referência, já que, neste caso, a questão da opressão racial é a linha condutora da narrativa. Observa-se, nesse sentido, um dado que permeia todo o conjunto de vídeos do *Nós, mulheres da periferia* identificados nesta pesquisa, a saber: o fato de as violências serem tratadas de maneira interseccional, ou seja, não encontramos vídeos que tratem exclusivamente da violência contra a mulher; a própria noticiabilidade desse tema parece modificar-se no jornalismo periférico, em relação ao telejornalismo de referência, já que não é possível falar de violência contra a mulher apartando-a de violências de raça e classe.

- **Vídeo 5: Eleições 2020 (30 de nov. de 2020)**

a) Mediador(a)

A mediadora é Semayat Oliveira, que introduz a conversa sobre as eleições de 2020; no vídeo, ela não interage diretamente com fontes ou com a audiência.

b) Contexto comunicativo

Por se tratar de uma reportagem para internet, o tempo de duração é menor do que o comumente observado em reportagens do telejornalismo de referência. O vídeo, que tem 9'50", conta com fontes periféricas femininas que foram eleitas nas eleições de 2020, de forma *on-line*, sem entrevistas presenciais e, novamente, sem contato presencial/direto entre repórter e fonte. Temos, assim, novamente, a mobilização de um contexto comunicativo próprio do jornalismo periférico, marcado por certa precariedade em termos de estrutura de produção (intensificada no contexto de pandemia da Covid-19); ao mesmo tempo, a linguagem utilizada pela repórter, cuja voz orchestra e organiza todo o vídeo, baseia-se em premissas típicas da linguagem do telejornalismo de referência, marcada pela busca de construção de efeitos de sentido de objetividade e impessoalidade. Por outro lado, ainda, a angulação da pauta

evidencia a valorização de um recorte de gênero interseccionado com questões de raça, classe social e território como forma de abordagem da temática das eleições municipais, enfoque este que dificilmente encontraríamos em um telejornal de referência e que se deve à forma como o *Nós* se posiciona perante sua audiência e no cenário da produção jornalística periférica.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

O vídeo evidencia uma negociação em relação às premissas do pacto sobre o papel do jornalismo vigente no caso do telejornalismo periférico. Por um lado, há uma reafirmação dessas premissas por meio da busca de uma linguagem que favoreça a produção de efeitos de sentido de objetividade e impessoalidade pela repórter; por outro lado, há a construção de uma angulação que permite a valorização de questões de gênero e suas interseccionalidades, o que influencia a escolha das fontes, a forma como o veículo se dirige à sua audiência e o modo como seus compromissos editoriais informam suas narrativas.

d) Organização temática

A organização temática, embora se baseie em uma estrutura linear, com a apresentação sequencial da opinião e as considerações de cada candidata convidada a falar, destoa do telejornalismo de referência ao apresentar uma abordagem baseada em um olhar sobre as vivências de mulheres periféricas sobre um tema (política institucional) em que elas são comumente invisibilizadas.

- **Vídeo 6: Raimunda Boaventura: Ser cidadã é ter direito ao alimento e não ser discriminada (13 de mai. de 2021)**

a) Mediador(a)

Há presença de uma mediadora (repórter), que não é identificada, mas que, desta vez, aparece em contato direto com a fonte, em uma espécie de atualização de um modelo de reportagem recorrente no telejornalismo de referência.

b) Contexto comunicativo

Por se tratar de uma reportagem para internet, o tempo de duração é menor do que o comumente observado em reportagens do telejornalismo de referência. O vídeo, que tem 12'56", conta com uma fonte periférica que narra a rotina de insegurança da fome, a partir de captação realizada de forma completamente presencial (com os cuidados que a Covid exigia na época em que foi filmada). A repórter visita a casa da entrevistada, onde permanece durante toda a conversa, conduzida de forma não apressada, o que revela aproximação e imersão em uma realidade periférica que não são comuns no telejornalismo de referência. Da mesma forma, o contexto comunicativo, ao valorizar a visibilização do cotidiano de uma mulher residente na periferia, aciona os compromissos editoriais do *Nós*, que tem como objetivo falar sobre a realidade de mulheres periféricas, principalmente (embora não exclusivamente) para outras mulheres periféricas.

c) Pacto sobre o papel do jornalismo

Novamente, aqui, observamos uma negociação em relação a premissas sobre o papel do jornalismo no telejornalismo de referência: por um lado, há perguntas e respostas, com o uso de uma linguagem que busca favorecer a produção de efeitos de sentido de objetividade e impessoalidade, traduzidos também na escolha das imagens, que buscam ilustrar de forma clara o tema central da pauta, isto é, a experiência da insegurança alimentar por uma mulher periférica; por outro lado, o vídeo se baseia no compromisso de visibilizar uma realidade que costuma ser invisibilizada no jornalismo de referência, por meio da voz de pessoas (repórter e fonte) que também não costumam ter espaço na cobertura tradicional.

d) Organização temática

A organização temática valoriza a história de uma senhora que vive/viveu a insegurança da fome na pandemia. A entrevista não parece seguir um roteiro linear, passando por vários assuntos diferentes: fome, solidariedade, cidadania etc. Nesse sentido, em conformidade com seus compromissos editoriais, o coletivo coloca em evidência como se torna mais vulnerável a vida de uma pessoa preta e periférica em momentos de insegurança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscamos evidenciar a diferença entre jornalismo periférico e jornalismo de referência quando o assunto é “violência contra a mulher”. Contextualizamos o sujeito periférico, a mulher enquanto gênero e o papel que o diálogo com discursos circulantes (CHARAUDEAU, 2010) desempenha em relação à cobertura jornalística em seus diferentes formatos.

É fato que tanto o *Jornal Nacional* quanto o *Nós, mulheres da periferia* fazem jornalismo – ainda que sob perspectivas diferentes. Ambos apuram, ouvem fontes, contextualizam as pautas e – o mais importante – estabelecem um pacto com seu telespectador/ouvinte baseado nos valores jornalísticos. O *JN*, por um lado, busca atingir uma audiência nacional e massificada; o *Nós*, por outro lado, sabe exatamente quem almeja alcançar: mulheres periféricas.

As principais diferenças, nesse sentido, parecem residir, no caso do recorte temático proposto para esta pesquisa, na forma como cada veículo mobiliza marcadores de gênero na construção de suas narrativas. No caso do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, encontramos apenas jornalistas mulheres à frente da cobertura de todo tipo de pauta em seu veículo, como previsto em seus compromissos editoriais; já no *Jornal Nacional*, embora encontremos muitas repórteres mulheres à frente de pautas sobre violência contra a mulher, esse dado não é uma regra.

Da mesma forma, as fontes e as mulheres sobre quem cada veículo fala são apresentadas de modo muito distintos: no caso do *Nós*, essas mulheres têm CEP, classe social e raça, razão pela qual possivelmente não encontramos, no caso desse veículo, matérias sobre a violência contra a mulher de modo geral, isto é, sobre mulheres concebidas de forma universal, já que diferentes mulheres sofrem diferentes violências; já no *Jornal Nacional*, as mulheres são representadas como “apenas mulheres”, isto é, marcadores de gênero não são articulados a outros marcadores de diferença, como raça, classe e território.

Outro aspecto perceptível no *JN*, que pode ser problematizado, está no fato de o telejornal, embora dirigir-se a uma audiência, em princípio, nacional, não fazer, na prática, uma cobertura realmente capaz de abarcar a diversidade de realidades das mulheres brasileiras. Não encontramos, por exemplo, nenhuma notícia relacionada a qualquer forma de violência sofrida por mulheres residentes na região

Norte do país durante o período mapeado (junho de 2020 a maio de 2021). Esse dado nos permite inferir que, embora representando, em teoria, “todas” as mulheres brasileiras em sua cobertura, já que se trata de um telejornal de alcance nacional, o que encontramos no *Jornal Nacional*, na verdade, é uma representação da mulher brasileira por meio de sua redução à realidade de “algumas” mulheres.

Tais lacunas, no que diz respeito à representação de diversidade no telejornal, podem ser encontradas quando, por exemplo, na matéria “50 mil mulheres pediram medidas protetivas contra violência doméstica em São Paulo, em 2020”, veiculada em 13 de março de 2021, encontramos apenas dados relativos à maior cidade do Brasil, excluindo todas as outras 25 capitais, o que se torna problemático, tendo em vista que o veículo possui abrangência nacional. Não seria equivocado noticiar a capital paulista, se houvesse outros dados adjacentes que contemplassem outras tantas capitais brasileiras – ou, ainda, se outras reportagens, veiculadas na mesma ou em outras edições, desse conta das diversas realidades existentes em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Chama a atenção, também, no caso do *Jornal Nacional*, o que nos parece uma limitação do ponto de vista da quantidade de reportagens sobre violência contra a mulher. Nas 30 matérias publicadas no período de 1 ano observado, 4 são “cabides”, isto é, retomam uma notícia que já havia sido televisionada, desvendando seu desfecho. Esse dado que torna o *corpus* ainda menor, com 26 publicações, o que, na extensão de 1 ano, constitui uma cobertura relativamente limitada, especialmente se consideramos que vivemos em um país que, hoje, está na 5ª posição entre as maiores taxas de feminicídio no mundo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Além disso, cabe observar que o telejornalismo de referência, a partir do exemplo do *Jornal Nacional*, parece priorizar notícias sobre casos de feminicídio que acontecem nas regiões sul e sudeste, não reportando, com a mesma frequência, notícias relacionadas às regiões norte, nordeste e centro-oeste. Entretanto, segundo o Mapa da Violência do Brasil (2015), apenas um estado sudestino faz parte do ranking de estados que mais cometem feminicídio no País, que é liderado por Roraima, Espírito Santo, Acre, Alagoas e Goiás.

Já no caso do *Nós, mulheres da periferia*, apesar da limitação em termos de recursos financeiros e tecnológicos e estrutura produtiva, observamos a presença de

abordagens muito mais aprofundadas sobre as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres. Esse aprofundamento parece dever-se não apenas à *especialização temática* da produção jornalística do coletivo, mas também ao *posicionamento* assumido pelas jornalistas à frente dessa produção, que se colocam como sujeitas que vivenciam, se não as mesmas experiências, ao menos experiências muito próximas daquelas abordadas nos vídeos. Além disso, há uma preocupação marcante em ceder espaços significativos às falas das mulheres cujas vivências são abordadas. É o caso da reportagem “Entregadores de Apps em SP”, disponibilizada no canal do Nós no YouTube em 30 de junho de 2020, que acompanha as fontes em seu dia de trabalho. Muito embora a pauta desta reportagem não seja a violência física cometida diretamente contra essas mulheres, ela diz respeito a violações veladas, uma vez que as mulheres entregadoras de aplicativo estão sujeitas a limitações e sofrimentos em razão de sua condição de gênero, como o fato de não conseguirem ir ao banheiro e não poderem fazer suas necessidades fisiológicas em locais públicos, por exemplo.

Dessa forma, na cobertura do coletivo, as violações sofridas por mulheres periféricas são constantemente interseccionadas a violências decorrentes de questões raciais, territoriais e de classe social. A esse dado atribuímos, parcialmente, o fato de não termos encontrado notícias e reportagens que tratam “exclusivamente” da violência contra a mulher entre os vídeos do coletivo, nos moldes do telejornalismo de referência, afinal, quando falamos da realidade de mulheres periféricas, não é possível apartar as violações sofridas em razão de sua condição de gênero de outras formas de violação.

Ao mesmo tempo, entendemos que essa diferença fundamental de angulação das pautas verificada entre o Nós e o *Jornal Nacional* se deve também a distinções na forma como critérios de noticiabilidade são trabalhados em cada veículo: no caso da produção do coletivo para o YouTube, além de não fazer sentido haver notícias “quentes”, isto é, que tratem de crimes pontuais, já que a produção audiovisual do coletivo não possui vocação predominantemente noticiosa, parece-nos haver, como característica transversal a toda a cobertura do Nós, a preocupação em distanciar-se de estigmas e estereótipos recorrentes na cobertura do jornalismo de referência sobre a periferia, os quais vinculam-se fortemente à questão da violência e da criminalidade.

A esse respeito, concordamos com Soares e Venanzoni (2020), que observam como produções audiovisuais de coletivos jornalísticos atuantes nas periferias

“propõem outros modos de representação de sujeitos periféricos e seus cotidianos, especialmente em torno das temáticas de raça, classe e gênero (...)” (SOARES; VENANZONI, 2020, p. 42). Nesse sentido, mesmo em vídeos do *Nós* que abordam violações sofridas por mulheres periféricas, parece predominar a recorrência a estratégias de afirmação de identidades femininas, negras e periféricas a partir da valorização de vivências coletivas.

Finalmente, convém observar que o conceito de “discurso circulante”, conforme definido por Patrick Charaudeau (2010), mostra-se relevante para entender como as violências contra a mulher são perpetuadas no Brasil. Isso fica evidente quando consideramos, por exemplo, que a cobertura jornalística evidencia diversos assassinatos de mulheres que repetem o mesmo *modus operandi*, isto é: crimes cometidos pelos companheiros ou ex-companheiros das vítimas, quando estes vão até suas casas ou as chamam para “uma última conversa”. É o que mostram as notícias do Jornal Nacional “Mulher é morta a facadas pelo marido no Rio”, de 30 de dezembro de 2020, e “Polícia resgata mulher mantida em cárcere privado pelo marido no Rio”, de 9 de julho de 2020.

No caso do *Nós, mulheres da periferia*, os discursos circulantes mostram-se decisivos não apenas à perpetuação da violência contra a mulher, mas também à perpetuação de violações cometidas por motivos raciais e atravessadas por outros marcadores de diferença, que marginalizam ainda mais o “ser mulher” quando se é uma mulher preta, pobre e periférica. É o que mostra, por exemplo, o vídeo “Raimunda Boaventura: Ser cidadã é ter direito ao alimento e não ser discriminada”, disponibilizado no canal do coletivo no YouTube em 13 de maio de 2021, que apresenta as vivências de um mulher idosa, periférica, preta e gorda que vive sob os maiores preconceitos na nossa sociedade atual: etarismo, racismo e gordofobia. A cobertura do coletivo também evidencia como o efeito opressor de discursos circulantes discriminatórios começa a atuar sobre os corpos de pessoas pretas desde a infância, como mostra o vídeo “Pais e educadores respondem: como falar sobre racismo com crianças?”, de 21 de out. de 2020.

Evidentemente, os efeitos de poder que os discursos circulantes alcançam não se resumem aos exemplos das reportagens analisadas, mostrando-se subjacentes à forma como a sociedade vê, convive, apoia e acolhe – ou não – as minorias. Minorias estas que são minorizadas do ponto de vista social e político, mas

que, do ponto de vista numérico, são a maioria da população no Brasil – país muito mais feminino, preto e periférico do que a cobertura jornalística, ao menos em veículos tradicionais e de referência, quer fazer-nos crer.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MURAL. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ALMA PRETA. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/xo-fake-news-11-veiculos-perifericos-para-seguir-e-apoiar/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ALTERJOR. Apresentação do Dossiê “Políticas Públicas: Da Teoria à Prática Jornalismo Popular e Alternativo”. **Alterjor**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/issue/view/11900>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Guaciara. Periferia Mediatizada - Mediatização da Periferia. In: IV Enecult, Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008, p. 1-12. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14175.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BUCCI, Eugênio. Televisão brasileira e ditadura militar: tudo a ver com o que está aí até hoje. **Rumores**, v. 10, n. 20, p. 172-193, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/117685>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CIRINO, José, BRAGA, Claudomilson. **Mídias e Desigualdade**. Goiânia: Kelps, 2016.

CORTE, Lucas. **A periferia na grande mídia brasileira: uma análise discursiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Narrativas Visuais). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/19769>. Acesso em: 20 abr. 2022.

COSTA, Cristina. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2006.

DESENROLA e Não Me Enrola. Disponível em: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, nov.2007, p. 115-135. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/111>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMES, Itania Maria Mota. Metodologia de Análise de Telejornalismo. *In*: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 17-47.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

HALL, Stuart. "Some 'politically incorrect' pathways through PC". *In*: DUNANT, Sarah (ed.). **The war of the words: the political correctness debate**. London: Virago, 1994. p. 164-183.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

HAMBURGER, Esther. "Políticas da representação: ficção e documentário em Ônibus 174". *In*: Labaki, Amir e Mourão, Maria Dora (Orgs.). **O cinema do real**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 196-215.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, **Mapa do Feminicídio No Brasil**, online. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/mapa/>. Último acesso em: 07 Fev 2023.

HARTLEY, John. **Understanding News**. London: Routledge, 2001.

JAMBEIRO, Othon. **A Tv no Brasil no século XX**. Salvador: Editora UFBA, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MACHADO, Ada, SCHWARTZ, Clarissa, PADILHA, Isabel. Jornalismo no "país da periferia": noticiabilidade, ambivalência e liminaridade. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 33, p. 1-17, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/151>. Acesso em: 06 abr. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos**

Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-358, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003. Acesso em: 20 dez. 2020.

MENICUCCI, Eleonora. **Feminicídio: O que é.** *On-line*. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>. Acesso em: 18 out. 2021.

MONDAL, Anshuman. **Islam and controversy**. The politics of free speech after Rushdie. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 2014.

MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. **Minissérie Grande Sertão: Veredas**: gêneros e temas construindo um sentido identitário de nação (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NONATO, Claudia, FELÍCIO, Fernando e ACOSTA Camila. Periferia: um lugar para a identidade no discurso de jornalistas. **E-compós**, Brasília, v. 23, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2024>. Acesso em: 06 abr. 2022.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Nós, mulheres da periferia, 2021**. Manifesto. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Nós, mulheres da periferia**, [s./d]. Quem somos. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PEDRINA, Bianca; MOREIRA, Jéssica; PENINA, Mayara; OLIVEIRA, Semayat; SILVA, Patrícia. **Nós, Mulheres da Periferia**. Folha de S. Paulo, Tendências/Debates, 7 mar. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/29772-nos-mulheres-da-periferia.shtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

PERIFERIA em Movimento. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

REIMIÃO, Sandra. **Livros e Televisão**: Correlações. São Paulo: Ateliê, 2004.

REIS, Tita. Sujeito Periférico. São Paulo: Tita Reis: 2012. 1:47 min.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

Racionais Mc's. Nego Drama. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. 6:54 min.

ROVIDA, Mara. **JORNALISMO DAS PERIFERIAS**: o diálogo social solidário nas bordas urbanas. 1.ed. Curitiba: CRV, 2020.

SCABIN, Nara Lya Cabral. **Mediação como gênese**: uma análise da conformação de discursos midiáticos identitários a partir do debate sobre gênero em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* entre 1978 e 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOARES, Bruna, NONATO Cláudia. Jornalismo Periférico: um mapeamento das iniciativas jornalísticas feiras a partir das periferias paulistanas. **Anagrama**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-16, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/161046>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SOARES, Rosana de Lima. Identidades e subjetividades: legitimidade social e visibilidade pública em coletivos de comunicação de mulheres. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 7-20, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/163906>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SOARES, Rosana. SIQUEIRA Thiago. O mal-estar na representação: das lutas identitárias ao reconhecimento social. In: SOARES, Rosana de Lima; GOMES, Mayra Rodrigues (Orgs.). **Narrativas Midiáticas**: crítica das representações e mediações. São Paulo: ECA-USP, 2020. p. 40-65.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

SOUSA, Mariana. Parcerias e precariedade: investigação sobre o financiamento de projetos de “jornalismo de quebrada” em periferias de São Paulo. **Eccom**, Lorena, v. 12, n. 23, p. 236-252, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/ECCOM/article/view/1267/1171>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SOUZA, Thiago, RODRIGUES, Aline, COSTA, Laís, LIMA, Camila. Jornalistas de quebrada: a periferia em movimento enquanto espaço de construção de sujeito comunicacionais. **Alterjor**, São Paulo, v. 23, n.1, p. 189-207, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/177104>. Acesso em: 06 abr. 2022.

TAVOLARO, Sergio. **Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro**. Out. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/xxhy6fBXmgtBgShPt7JfRtL/?lang=pt>. Último acesso em: 06. Abr. 2022.

VETTORE, Rebecca. Violência contra a mulher: veja os principais tipos, penas e como denunciar. **Universa UOL**, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/faq/violencia-contra-a-mulher.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VICENTE, Wilq; STÜCKER, Ananda. “O audiovisual como instrumento de mudança na cidade e como criação de redes de interlocução cultural e política”. In: VICENTE, Wilq (Org.). **Quebrada?** Cinema, vídeo e lutas sociais. São Paulo: Pró-reitoria de cultura e extensão universitária, 2014. p. 15-38.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução conceitual". *In*: SILVA, Tomaz T.; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZAMIN, Angela. "Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão". **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 918-942, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>. Último acesso em 06 abr. 2022.